

Categoria aprova, por unanimidade, contas de 2007 e orçamento do Sisejufe para 2008

Foto: Bianca Rocha



Em Assembléia Geral realizada na sede do Sisejufe, na noite de 12 de março, a categoria dos servidores do Judiciário Federal no Rio de Janeiro aprovou por unanimidade as contas de 2007 e o orçamento do sindicato para 2008. Mais de 60 sindicalizados estiveram presentes e ouviram o detalhamento, rubrica a rubrica, dos investimentos do Sisejufe no ano que passou. A mesa foi composta pelos diretores Valter Nogueira Alves e João Mac-

Cormick, responsáveis pela Departamento de Administração e Finanças do Sisejufe, pela sindicalizada Vera Pinheiro, que secretariou a assembléia, e pelo contador do sindicato Cezar Fernando de Aguirre.

Assim como divulgado na edição nº 7 do jornal Contraponto, a diretoria demonstrou que o sindicato conta hoje com mais de R\$ 200 mil de superávit depois de quase um triênio de intensas atividades e tendo

zerado todas as dívidas de administrações passadas. Em 2007, saldamos as despesas finais com a reforma e o término da reestruturação da nova sede, compramos novos equipamentos de informática, promovemos diversos cursos, seminários, palestras e confraternizações com a categoria (como os Botquins do Sisejufe e o Sarau Judicial), apoiamos movimentos sociais, realizamos inúmeras viagens na defesa dos interesses da categoria, nos tornamos o sin-

dicato pioneiro no Brasil a debater o Plano de Carreira dentro de um seminário específico, fomos os primeiros a encampar e pôr na rua a luta pela jornada de 6 horas (com adesivos, camisetas, faixas e cartilhas) e, ainda assim, mantivemos as contas do Sisejufe equilibradas.

Nesta edição, apresentamos o detalhamento com tabelas e gráficos dos investimentos do Sisejufe. Essas informações traduzem a profusão de núme-

ros que apresentamos na edição passada do Contraponto, para a análise de toda a categoria. Demonstramos, assim, a seriedade e a transparência com as quais tratamos o dinheiro e o patrimônio dos servidores do Judiciário Federal no Estado Rio de Janeiro – com todos os investimentos sendo feitos em benefício dessa categoria e na busca da valorização e qualificação do serviço público como base de uma sociedade mais justa e igualitária (páginas 3 a 7).

Foto: Henri Figueiredo

LEIA TAMBÉM

Sindicato no interior: servidor fortalecido.

páginas 8 e 9

Quem sabe faz 6 horas, não espera acontecer.

páginas 10 e 11

Casos de assédio moral no TRE.

página 13



De 28 a 30 de março, o Sisejufe participou da XIV Plenária Nacional da Fenajufe, em Recife (PE). O sindicato enviou 11 delegados, 4 observadores e um jornalista, que também participou do Encontro Nacional de Comunicação da Federação. O ponto central da plenária foi o início de um debate nacional sobre Plano de Carreira com a orientação para que todos os estados realizem seminários a respeito. O Sisejufe foi

pioneiro nessas discussões ao promover, em setembro de 2007, o Seminário sobre Plano de Carreira e Gestão Democrática de Pessoal. Ficou acertado que haverá uma reunião ampliada da Fenajufe entre junho e agosto para voltar a discutir o tema. Também se agendou um seminário em novembro de 2008, onde serão votadas as propostas nacionais.



Carta do Leitor

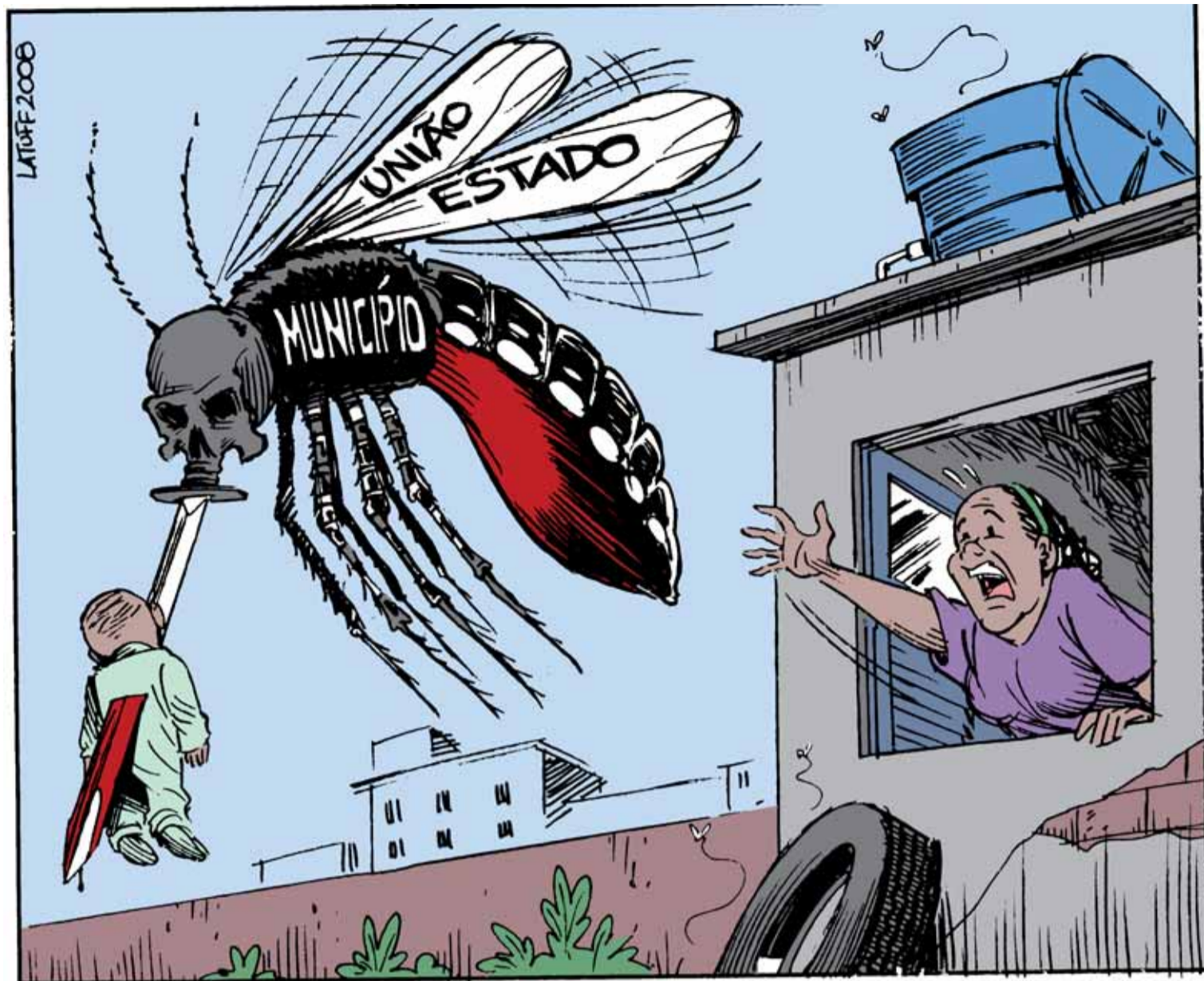
Companheiros

Particpei da assembléa para eleição dos delegados ao XIV Plenária da Fenajufe na qual foi aprovado o destaque para a jornada de 6 horas. Deveria ter colocado um tema que me é caro: os danos causados a mim e a outros companheiros com a contra-reforma da Previdência, efetivada pelo governo Lula, que levou ao aumento da exigência do tempo de serviço público para 20 anos, para obtenção de integralidade e paridade. Isto me obrigará a trabalhar até quase os 70 anos, contribuindo por mais de quarenta anos para a Previdência. A lei 8.112 permitia a contagem do tempo em empresa de economia mista como sendo de serviço público, mas o artigo referente ao assunto foi cancelado no governo de FHC. Como alterar a CF, para retornar às condições existentes antes da contra-reforma é muito difícil, pleiteio junto ao sindicato a luta pelo retorno do artigo da lei 8.112 que permitia a contagem do tempo de serviço em empresa de economia mista como de serviço público, pois trabalhei de 1979, até a sua privatização em 1992, em empresa do grupo Petrobrás, Petroflex. Contando com o apoio do meu sindicato, envio saudações sindicais à diretoria.

Antonio Carlos Ferreira Leite – JF Rio Branco
antonioferreiraleite@uol.com.br

Contraponto Caro Antônio, apoiamos a **revisão** da Reforma da Previdência, capitaneada pelo senador Paulo Paim (PT-RS) que tenta retomar alguns dos direitos perdidos pelos trabalhadores. Além disso, lutamos por uma previdência universal, pública e unificada para todos os trabalhadores. Com relação à validação do tempo de serviço em empresa de economia mista para contagem na aposentadoria do servidor estatutário, somos favoráveis a essa luta e estamos num esforço coletivo com a CUT para que seja aprovada uma lei que nos restitua esse direito.

Diretoria do Sisejuferj



Editorial

Textos apócrifos têm sido distribuídos em impressos e por meio eletrônico com o intuito de difamar a instituição Sisejuferj, entidade representativa da categoria. A diretoria do sindicato, na defesa da instituição, desafia os autores dessas diatribes a saírem da covardia do anonimato, assumirem a autoria das calúnias e nos dar oportunidade de respondê-los na letra da lei. Resta claro que o objetivo dos apócrifos é confundir os servidores, baixar o nível do debate, desviar a discussão para o ataque da honra em lugar de discutir os interesses dos servidores. Até que os responsáveis por tamanha falta de ética se exponham à luz, a direção do sindicato se empenha apenas nas nossas justas lutas: a redução da jornada para 6 horas diárias, a discussão de um Plano de Carreira e a luta pelo pagamento dos passivos. Manteremos elevado o nível do debate para as próximas eleições, pois sabemos que a categoria tem maturidade suficiente para não se deixar levar por quem faz da injúria uma forma de atuação política visando apenas a conquista de “aparelhos” e da “máquina sindical”.

Direito de Resposta

Tomei conhecimento de publicação de nota no Jornal CONTRAPONTO de março de 2008, com o título MOÇÃO DE REPÚDIO, em que é dito que a remoção do dirigente sindical, analista judiciário DAVID BATISTA CORDEIRO da lotação da seção de apoio às Varas da Capital (SAPOV) foi feita em represália à representação disciplinar que o dito dirigente apresentou em face de seu superior hierárquico e que tal ato de remoção seria um atentado contra a inamovibilidade do dirigente e a liberdade de organização sindical.

Ocorre, no entanto, que a notícia acerca da retaliação não é verdadeira pois, como publicado no D.O. do dia 29.02.2008, p. 131, na Portaria nº 316/2008 que trata da citada remoção, um dos seus motivos foi o Ofício 008/2008 que enviei à SGP, como Juíza Diretora do Foro Lavradio, lá recebido em 23/

01/2008 e não se tinha notícia, naquele dia e nem nos dias anteriores, da representação que o dirigente DAVID viria a apresentar em face de seu superior hierárquico. Além do mais, o que me levou a solicitar a remoção do servidor para uma das Varas da Capital ou Gabinete de Desembargador, foi o desejo de motivá-lo a ascender na carreira através do exercício de atividades voltadas para áreas de seu interesse e formação, já que tem nível superior de instrução em Direito, é dirigente sindical e fez concurso para exercer o cargo de Analista Judiciário, estando, com todas estas aptidões, subaproveitado em uma atividade meramente administrativa.

Quanto à inamovibilidade do dirigente sindical, esta não foi afetada com tal remoção, pois apenas saiu de uma seção administrativa – SAPOV – para uma unidade judiciária – 45ª VT/RJ, no mesmo prédio, sendo que na Justiça Federal já ha-

via transitado em julgado sentença em ação proposta pelo servidor em foco em que ficou decidido, claramente, que a remoção de uma seção para outra na mesma sede, está dentro do poder discricionário de Administração e não ofende a garantia de inamovibilidade do servidor dirigente sindical (Processo 2006.34.00.029185-8).

Assim sendo, solicito que tais esclarecimentos sejam veiculados no Jornal CONTRAPONTO para que os servidores do TRT possam saber os fatos como verdadeiramente ocorreram.

Atenciosamente.

Leydir Kling Lago Alves da Cruz – Juíza Diretora dos Foros Lavradio e Haddock Lobo – TRT 1ª Região

Rio de Janeiro,
27 de março de 2008

SISEJUFE: Filiado à FENAJUFE e à CUT

SEDE: Av. Presidente Vargas 509/11º andar
Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20071-003

TEL./FAX: (21) 2215-2443
PORTAL: <http://sisejuferj.org.br>
ENDEREÇO: imprensa@sisejuferj.org.br

DIRETORIA: André Gustavo Souza Silveira da Silva, David Batista Cordeiro da Silva, Dulavim de Oliveira Lima Júnior, Flávio Braga Prieto da Silva, João Ronaldo Mac-Cormick da Costa, Leonor da Silva Mendonça, Lucilene Lima Araújo de Jesus, Márcio de Souza Marques, Nilton Alves Pinheiro, Otton Cid da Conceição, Renato Gonçalves da Silva, Ricardo de Azevedo Soares, Roberto Ponciano Gomes de Souza Júnior e Valter Nogueira Alves. **ASSESSORIA POLÍTICA:** Márcia Bauer.

REDAÇÃO: Henri Figueiredo (MTb 3953/RS) – Max Leone (MTb 18.091) – Caroline Moliari (Estagiária de Jornalismo) – **DIAGRAMAÇÃO:** Deisedóris de Carvalho – **ILUSTRAÇÃO:** Latuff – **CONSELHO EDITORIAL:** Roberto Ponciano, João Mac-Cormick, Henri Figueiredo, Max Leone, Márcia Bauer, Valter Nogueira Alves, Nilton Pinheiro. **EDIÇÃO:** Henri Figueiredo.

As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores. As cartas de leitor estão sujeitas a edição por questões de espaço. Demais colaborações devem ser enviadas em até 2 mil caracteres e a publicação está sujeita a aprovação do Conselho Editorial. Todos os textos podem ser reproduzidos desde que citada a fonte.



Impresso em
Papel Reciclado,
8 mil exemplares.

Gráfica Imprinta
Arcturusvega
Editora LTDA

Com as contas saneadas, sindicato intensifica a luta

Prestação de Contas Fruto de uma administração responsável, resultado financeiro do Sisejufer não mente

João Mac-Cormick
Henri Figueiredo
Max Leone
Márcia Bauer

Do Conselho Editorial

Numa demonstração cabal de que a categoria confia no rumo tomado pelo Sisejufer, a Assembléia Geral do dia 12 de março aprovou de forma unânime as contas de 2007 e o orçamento do sindicato para 2008. Tendo como base os balancetes mensais, amplamente divulgados, o Sisejufer demonstrou que tem saldo de mais de R\$ 200 mil em caixa, depois de quase um triênio de intensas atividades sindicais. A seriedade e o compromisso administrativo da direção permitiram que se zerasse as dívidas do Sisejufer.

Os frutos dessa administração já puderam ser vistos em 2007, quando foram saldadas as despesas finais com a reforma e o término da reestruturação da nova sede e novos equipamentos de informática comprados. Também foram organizados diversos cursos, seminários, palestras e confraternizações com a categoria (como os Botequins do Sisejufer e o Sarau Judicial). No cumprimento do mandato sindical, os diretores do Sisejufer participaram de inúmeras reuniões, encontros e negociações fora do estado, sempre na defesa dos interesses da categoria.

Com a atual gestão, o

sindicato tornou-se o pioneiro no Brasil no debate sobre o Plano de Carreira, com a promoção de um seminário específico na sede da entidade. Além disso, foi o primeiro sindicato do Judiciário Federal a encampar e pôr na rua a luta pela jornada de 6 horas (com adesivos, camisetas, faixas e impressos). O Sisejufer também nunca deixou de apoiar as lutas de outros sindicatos e dos movimentos sociais porque a categoria dos servidores das Justiças Federais não está apartada da realidade de embates ideológicos e políticos da qual é construído o dia-a-dia político do país. É essa associação com tais movimentos sociais que nos dá, quando das nossas justas lutas, suporte político e apoio da opinião pública para que alcancemos as vitórias almeçadas tanto no âmbito salarial quanto no de conquistas de direitos e benefícios.

Fruto de uma administração responsável e competente, o resultado financeiro do Sisejufer não mente. Com a política adotada, no último exercício, a entidade foi excluída de vez do Cadastro de Inadimplentes (Cadin) do Tesouro Nacional e pode efetivar a sua completa legalização com a obtenção do registro sindical. Também houve a transferência da documentação para a sede nova, a regularização do CNPJ, o registro dos livros contábeis, a consecução do alvará de funcionamento e a legalização de todos os programas

de informática usados pela entidade. Isso mostra que é possível crescer sem se endividar, se houver responsabilidade com os recursos financeiros da categoria.

A gestão séria das finanças permitiu ao Sisejufer liberar seu primeiro diretor para o trabalho de organização sindical nos últimos 15 anos e, a partir disso, intensificar o trabalho no interior do estado do Rio de Janeiro. A resposta foram 674 filiações feitas em apenas dois anos e cinco meses (com 201 defecções, o que dá um saldo de 473 filiações novas – 60% delas no interior).

Ano de manter a casa em ordem

Após a conquista do PCS3, em dezembro de 2006, projeto encampado pela diretoria, teve início a reforma da sede do Sisejufer. As obras acabaram em fevereiro de 2007 e a nova sede foi inaugurada em março. Na Assembléia Geral de 21 de março de 2007, foram aprovadas as contas que incluíam os investimentos de R\$ 240 mil na reforma. Naquela mesma assembléia, a categoria aprovou o orçamento de R\$ 2 milhões do Sisejufer para 2007, por ampla maioria e somente dois votos contrários.

Com a aprovação do orçamento, o sindicato realizou encontros, marchas, lutas específicas, deu entrada em processos na defesa de servidores e da categoria como um todo, e fez denúncias e requerimentos a diversos órgãos como CNJ, TCU, TRE, TRT e TRF. Reuniões

para tratar da regulamentação do PCS3 também ocorreram o ano todo. Atividades culturais como botequins, saraus e peças de teatro se tornaram frequentes. Cursos, seminários, reuniões com segmentos específicos aconteceram na sede do sindicato, tais como a dos agentes de segurança, aposentados, servidores da Justiça Eleitoral e da Justiça do Trabalho. O principal acontecimento foi, sem sombra de dúvidas, a realização do Seminário sobre o Plano de Carreira e Gestão Democrática de Pessoal: um marco na história do movimento sindical, com a participação de representantes de outros estados, do STF, da UFRJ, do Diocese, da CUT e da Fenajufe.

Obrigações com o movimento sindical

A luta sindical está inserida no contexto maior que é a luta do movimento sindical. Por isso é importante que uma pequena parcela dos recursos arrecadados pelo Sisejufer seja investida nas contribuições estatutárias

para a CUT e para a Fenajufe (às quais o sindicato é filiado) e no apoio a determinadas lutas de outros sindicatos. No caso da CUT, a central ajuda na hora de pressionar o Congresso Nacional em votações de interesse dos trabalhadores. A central também fornece técnicos que nos auxiliam no cálculo de impacto orçamentário dos Planos de Cargos e Salários, por exemplo.

Em 2003 o sindicato não pagou a mensalidade à CUT, mesmo estando filiado à central. No final de 2005 e durante o exercício de 2006, dívidas com a central e com a Fenajufe foram totalmente quitadas. Já em 2007, foi pago à CUT R\$ 48.505,58, ou seja, 2,4% da receita total do sindicato. Para a Fenajufe foi direcionado 6,6%. No ano passado, o sindicato direcionou 9,8% da receita total para a rubrica “Mensalidade, apoio”, um percentual inferior ao de 2004 que, mesmo sem pagar integralmente à CUT, alcançou 11,5% da receita total daquele ano.

PLANEJAMENTO FINANCEIRO PARA 2008

Receitas	2.076.000,00
Consignações, verbas publicitárias	
Saldo bancário em 1/janeiro/2008	200.469,96
Total de Receitas	2.276.469,96
Investimentos	
I - Atividades Políticas Organizativas	
Campanha das 6 horas, encontros regionais do plano de carreira, contribuições estatutárias FENAJUFE e CUT, viagens para o interior e nacionais, apoio aos movimentos sociais, eleições sindicais, plenária nacional, assembléias, panfletagens, cursos de formação, aluguel de carros de som, transportes, reuniões, atos e encontros da categoria, interiorização do sindicato	629.000,00
II - Atividades Culturais e Esportivas	
Botequim, sarau, festas, campeonatos, eventos comemorativos.	80.000,00
III - Jurídico	
Assinatura datavênia, precisa recortes, perícias e honorários advocatícios, honorários contábeis judiciais, autenticações, fotocópias, livros e periódicos, contribuição ação MOSAP.	209.000,00
IV - Imprensa e Comunicação	
Impressão, diagramação, manutenção do site, envio e distribuição de Jornais e Boletins, Fotos, assinaturas de revistas e jornais, ilustrações, matérias, TV Comunitária.	197.000,00
V - Patrimônio e Manutenção	
Condomínios, luz, água, impostos e taxas, seguros, manutenções duplicadora, ar-condicionado, telefones, computadores, manutenção dos veículos, licenciamento anual, seguro, combustível, estacionamento, reforma da sala 1541da Senador Dantas, aquisição de robocop, aquisição novos equipamentos.	250.000,00
VI - Administração	
Salários, encargos sociais, férias, 13º salário, estágios, encargos do diretor liberado, vale-alimentação, vale-transporte, honorários contábeis, prestação de serviços, material de escritório, material de limpeza, correio, assinaturas, telefonia, liberação outro diretor(a), novos contratos	734.000,00
Total de Investimentos	2.099.000,00
Previsão de Saldo no final do exercício (aplicação financeira)	177.469,96

Em agosto de 2005, constavam 3.301 servidores sindicalizados descontando a mensalidade diretamente na folha. Em fevereiro de 2008, a quantidade de sindicalizados que descontam em folha a mensalidade sindical subiu para 3.774. Um aumento superior a 14,3%. Não se incluem neste cálculo os que pagam a mensalidade via boleto bancário.

Bom atendimento jurídico: uma marca do Sisejufe

Prestação de Contas Análise do Balanço Patrimonial mostra que administrar significa alcançar objetivos

Em 2004, 18% da receita total do sindicato foi para despesa gerais, serviços de pessoa física e serviços de pessoa jurídica, não classificando de forma explícita este gasto. Atuou-se na classificação dos lançamentos contábeis de tal forma que a rubrica "Despesas gerais" caiu de 2,1% da receita total para 0,1%; a rubrica "Serviço de pessoa física" caiu de 9,3% para 0,9%; e a rubrica "Serviço de pessoa jurídica", que era de 6,2%, deixou de existir. Tem-se a rubrica separada pela tipificação do serviço. Advogado, contabilista, arquiteto, panfleteador, em 2004, correspondiam a 0,4%. Em 2007, passaram a 7,6% da receita total. Observou-se também uma economia nos gastos, quando considerado os serviços de pessoas físicas e jurídicas, em que o percentual caiu de 15,9% para 8,9%.

Ainda em 2006, o Sisejufe ampliou o atendimento jurídico que passou de 12 horas para 20 horas semanais, com plantões diários feitos por uma advogada. Além disso contamos com mais dois advogados em Brasília e um no Rio de Janeiro. O tipo de atendimento jurídico ficou mais completo com oferecimento de ações cíveis e penais de pequena monta, com desconto na tabela da OAB. As custas continuam pagas pela parte.

Por meio de um balanço podem ser feitas correlações de quanto foi gasto proporcionalmente da receita total apurada comparativamente a cada conta ou rubrica (agregação de contas). É interessante verificar também a evolução histórica destas contas. Na tabela 1 pode-se avaliar que entre 2004 e 2007 o Ativo Permanente da categoria

Tabela 1

Rubrica	2004	% da receita	2007	% da receita	Varição nominal
Resultado acumulado do exercício	548.108,66		1.070.353,08		95,3%
Saldo da conta Ativo Permanente	599.693,57		1.027.556,56		71,3%
Receita total	1.220.846,96		2.007.663,10		
Receita do exercício	1.202.303,40		1.944.906,71		61,8%
Despesa do exercício	931.276,07		1.687.117,73		81,2%
Resultado do exercício	271.027,33		257.788,98		
Mensalidade, apoio	140.749,88	11,5%	197.456,76	9,8%	40,3%
Curso, seminário, evento	2.983,36	0,2%	80.776,05	4,0%	2607,6%
Jornal, revista, publicação	25.914,52	2,1%	150.114,47	7,5%	479,3%
Correio, malote, fotocópia	61.062,09	5,0%	60.211,02	3,0%	-1,4%
Taxa, imposto, condomínio, seguro	52.566,14	4,3%	88.908,36	4,4%	69,1%
Manutenção, material de consumo	18.540,01	1,5%	60.880,98	3,0%	228,4%
Telefone	39.084,05	3,2%	74.057,60	3,7%	89,5%
Viagem, locomoção, hospedagem, lanche	93.083,44	7,6%	157.181,82	7,8%	68,9%
Congrejufe			73.883,23	3,7%	
Despesas gerais	25.379,90	2,1%	1.027,42	0,1%	-96,0%
Salário	128.262,66	10,5%	245.906,81	12,2%	91,7%
Hora extraordinária	2.408,01	0,2%	6.321,78	0,3%	162,5%
Vale alimentação	28.815,88	2,4%	72.064,60	3,6%	150,1%
Demais encargos de pessoal	114.786,35	9,4%	181.660,23	9,0%	58,3%
Serviço de pessoa física	114.067,24	9,3%	17.895,00	0,9%	
Serviço de pessoa jurídica	75.454,31	6,2%			
Advogado, Contabilista, Arquiteto	4.623,96	0,4%	152.686,38	7,6%	
Panfleteador			8.695,50	0,4%	
Serviços de PF e PJ	194.145,51	15,9%	179.276,88	8,9%	-7,7%

Tabela 2

Rubrica	2004	2005	2006	2007	% 2005/2004	% 2006/2005	% 2007/2006	% 2007/2004
Curso, evento, seminário	2.983,36	88.287,45	40.604,29	80.776,05	2859,3%	-54,0%	98,9%	2607,6%
Jornal, revista, publicação	25.914,52	64.765,00	86.516,20	150.114,47	149,9%	33,6%	73,5%	479,3%
Correio, malote	53.443,28	71.589,96	36.660,29	50.612,48	34,0%	-48,8%	38,1%	-5,3%
Salário	128.262,66	204.425,70	199.284,03	245.906,81	59,4%	-2,5%	23,4%	91,7%
Vale alimentação	28.815,88	38.024,26	46.617,34	72.064,60	32,0%	22,6%	54,6%	150,1%
Hora extraordinária	2.408,01	28.165,42	9.106,69	6.321,78	1069,7%	-67,7%	-30,6%	162,5%
Valor unitário do vale	264,00	302,50	330,00	396,00	14,6%	9,1%	20,0%	50,0%
Vale alimentação/salário	22,5%	18,6%	23,4%	29,3%				
Hora extra/salário	1,9%	13,8%	4,6%	2,6%				
Minutos necessários	8	58	19	11				

71%. Isto foi devido, principalmente, à reforma da sede – que agregou valor ao imóvel. Antes o espaço era separado por simples divisórias e o atendimento ao sindicalizado era feito com pouca privacidade.

Na época, a rede de computadores era precária e os disjuntores eram mal-dimensionados. O piso estava descolando do chão, colocando em risco funcionários e sindicalizados. Não havia sala de reunião da diretoria e nem as cadeiras do auditório pertenciam ao sindicato. Antes o espaço comportava, no máximo, 50 pessoas. Hoje comporta 120 pessoas, com folga, podendo ser dividido em dois ambientes. Não existia projetor multimídia e nenhum equipamento

de som com monitor (mesa integrada com som ambiente em todas as dependências do sindicato). Não havia banheiro para deficientes físicos. Hoje, temos uma sede equipada e inclusiva.

Com a reforma da sede, enfim os funcionários do Sisejufe tiveram um lugar digno para trabalhar e atender à categoria. Equiparou-se o vale-alimentação dos funcionários ao menor valor pago entre os tribunais (hoje de R\$ 450, no TRT). Isto equivale a um aumento superior a 70% no valor unitário do vale, considerando-se o valor de 2004. Com o plano de saúde corporativo Unimed Nacional na Modalidade Básico, contrato firmado com a corretora Vectorial, funcionários e dependentes

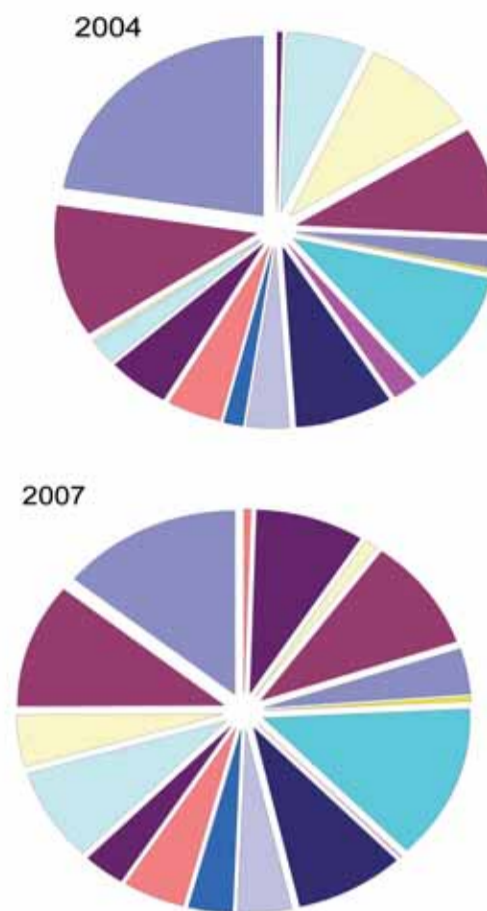
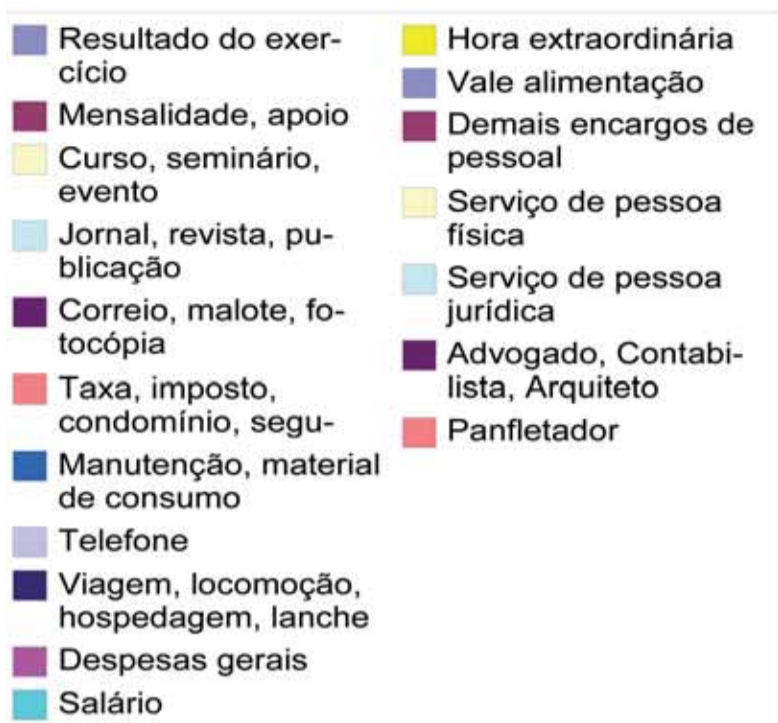
não são descontados do salário.

Em 2004, como ressaltado anteriormente, a rubrica "Serviços de pessoas físicas e jurídicas" ficou com 15,9% (1ª colocada) da receita total e a rubrica "Mensalidade, apoio" com 11,5% (2ª colocada), superando a rubrica "Salário" (3ª colocada) que ficou com 10,5%. As contratações ocorridas em 2005 e 2007, aliadas à transparência nos gastos com serviços de pessoas físicas e jurídicas, foram determinantes para a inversão desta situação. A rubrica "Salário" passou para 12,2% (1ª colocada) da receita total de 2007, seguida da rubrica "Mensalidade, apoio" com 9,8% e da rubrica "Serviços de pessoas físicas e jurídicas" com 8,9%.

Reduzir a jornada para prolongar a vida

A jornada de trabalho dos funcionários do sindicato é de 35 horas semanais. Assim que os servidores do Judiciário da União conseguirem a jornada de 30 horas semanais esta será extensiva aos funcionários do Sisejufe. Uma luta histórica se trava contra o excessivo uso de horas extraordinárias. Em 2005 foram necessários, em média, 58 minutos diários em hora-extra. Isto levou a um gasto de 13,8% em hora-extra. Algumas medidas foram tomadas pela diretoria e os minutos caíram para 19 (4,6%) em 2006 e 11 (2,6%) em 2007. Uma queda de mais de 5 vezes.

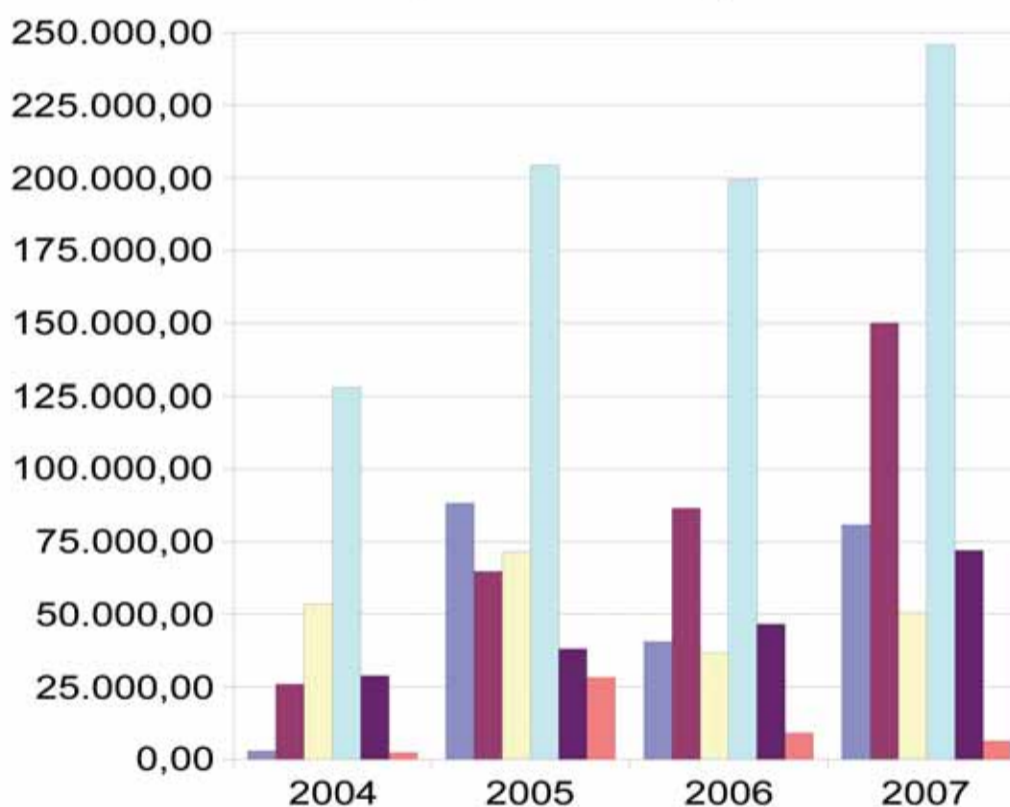
Percentual de utilização da receita



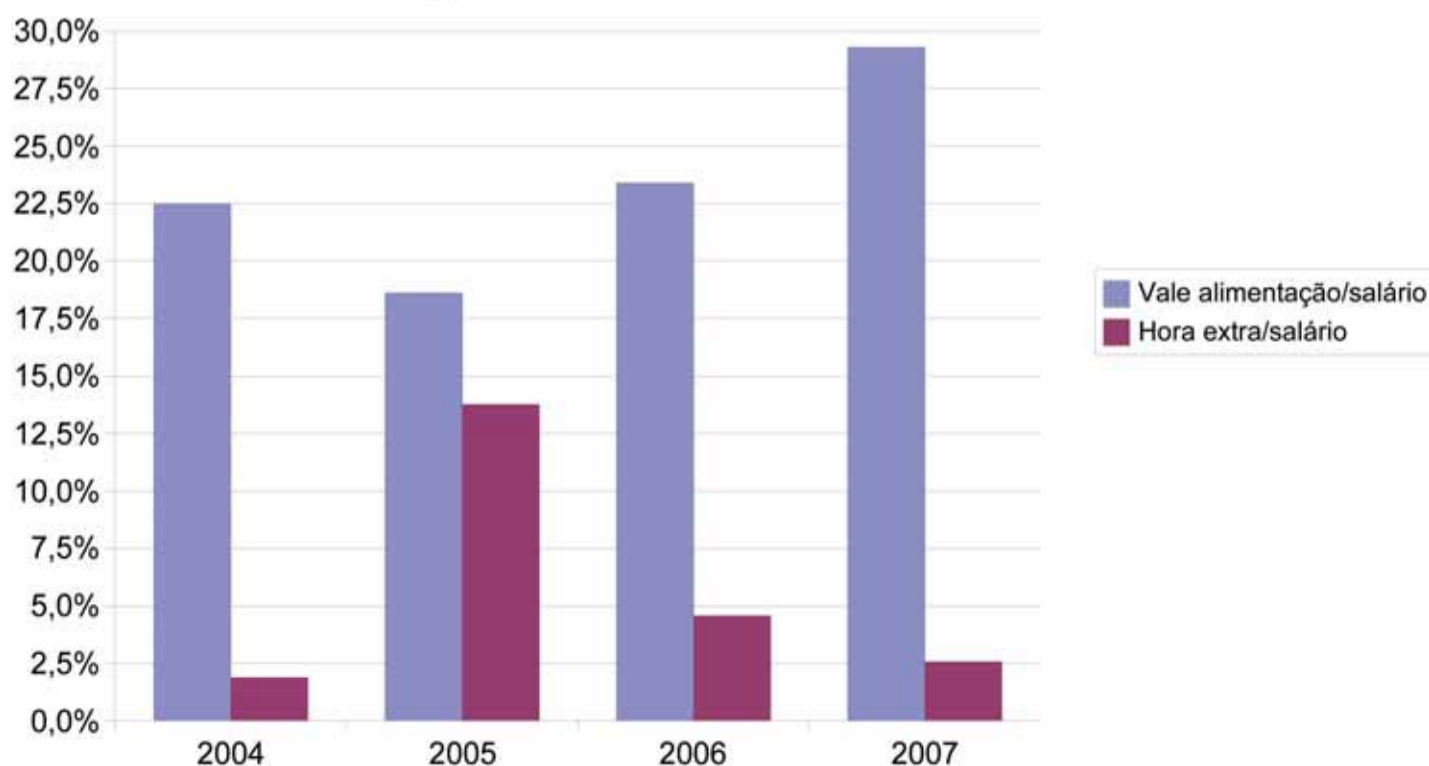
O orçamento aprovado para 2007 foi de R\$ 2 milhões. Apurou-se no exercício R\$ 2.007.663,10 – uma diferença (a maior) inferior a 0,4%. Isso demonstra que a forma de prever as receitas para o ano foi realizada com grande precisão pelo Departamento de Administração e Finanças.

Ao final do exercício de 2007, o dinheiro disponível (banco e caixa) foi superior a R\$ 200 mil (cerca de 10% da receita total). Fica claro que o Sisejufe tem fôlego para uma eventual despesa extraordinária em 2008.

Evolução de algumas rubricas



Relação de rubricas com salário



Diminuir a jornada de trabalho e acabar com a utilização de horas extraordinárias gera mais empregos. “Quem sabe faz seis horas não espera acontecer” é o lema do Sisejufe para a campanha das 6 horas.

Balanço Patrimonial**Exercício: 2007****Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro****End: Avenida Presidente Vargas, 509 – 11º andar****CNPJ: 35.792.035/0001-95****Levantamento em 31 de dezembro de 2007****ATIVO CIRCULANTE**

CAIXA	
CAIXA	1.047,00D

TOTAL DA CONTA	1.047,00D

BANCOS CONTA MOVIMENTO	
BANCO SUDAMERIS – C/C	723,77D
CAIXA ECONOMICA FEDERAL (TRF)	1.352,51D
CAIXA ECONOMICA FEDERAL (JF)	127.232,64D
CAIXA ECONOMICA FEDERAL (APLICAÇÃO)	70.114,04D

TOTAL DA CONTA	199.422,96D

ESTOQUES	
EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	7.026,60D

TOTAL DA CONTA	7.026,60D

TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	207.496,56D
---------------------------	-------------

ATIVO PERMANENTE

IMOBILIZADO	
INSTALAÇÕES	242.924,88D
COMPUTADORES E PERIFÉRICOS	33.852,14D
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	80.083,52D
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	83.904,93D
IMÓVEIS	489.594,54D
VEÍCULOS	69.239,05D
SISTEMAS DE INFORMÁTICA	15.586,50D
EQUIPAMENTOS P/COMUNICAÇÃO	12.371,00D

TOTAL DA CONTA	1.027.556,56D

TOTAL DO ATIVO PERMANENTE	1.027.556,56D
---------------------------	---------------

ATIVO DIFERIDO

DIFERIDO	
DIFERIDO	91.392,85C

TOTAL DA CONTA	91.392,85C

TOTAL DO ATIVO DIFERIDO	91.392,85C
-------------------------	------------

TOTAL DO ATIVO	1.143.660,27D
----------------	---------------

PASSIVO CIRCULANTE

DÉBITOS SOCIAIS	
INSS A RECOLHER	8.917,04C

TOTAL DA CONTA	8.917,04C

DÉBITOS FISCAIS	
IR.FONTE A RECOLHER S/FÉRIAS	515,52D
IR.FONTE A RECOLHER S/SALÁRIO	27,93C

TOTAL DA CONTA	543,45C

OUTROS DÉBITOS	
SALÁRIOS A PAGAR	400,00C
FÉRIAS A PAGAR	1.466,80C
MENSALIDADE SINDICAL A RECOLHER	19,18D
ADIANTAMENTO DE SALÁRIO	17.415,29D
13º SALÁRIO A PAGAR	3.825,82D
ASSISTÊNCIA DENTÁRIA (FUNCIONÁRIOS)	90,92C
REEMBOLSO CUSTAS JUDICIAIS	229,07D

TOTAL DA CONTA	11.880,00D

TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	2.419,51D
-----------------------------	-----------

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

CAPITAL SOCIAL	
CAPITAL SOCIAL	75.726,70C

TOTAL DA CONTA	75.726,70C

SUPERAVIT ACUMULADO	
SUPERAVIT DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	812.564,10C
SUPERAVIT – DO EXERCÍCIO DE 2007	257.788,98C

TOTAL DA CONTA	1.070.353,08C

TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.146.079,78C
-----------------------------	---------------

TOTAL DO PASSIVO	1.143.660,27C
------------------	---------------

RECEITA BRUTA OPERACIONAL

RECEITA	
MENSALIDADES ASSOCIADOS	1.730.238,37C
RECEITAS DIVERSAS	214.668,34C

TOTAL DAS RECEITAS	1.944.906,71C

DESPESAS DO EXERCÍCIO**DESPESAS GERAIS**

DESPESAS C/ PESSOAL	
SALÁRIOS	245.906,81D
13º SALÁRIO	28.845,92D
FÉRIAS	23.401,24D
AVISO PRÉVIO E INDENIZ TRABAL.	3.673,50D
INSS	71.303,23D
FGTS	22.135,87D
ASSISTÊNCIA MÉDICA	704,39D
UNIFORMES E VESTIMENTAS	3.244,50D
VALE TRANSPORTE	15.642,56D
ASSISTÊNCIA DENTÁRIA	1.614,50D
ADICIONAL NOTURNO	63,49D
HORA EXTRA	6.321,78D
BOLSA AUXÍLIO – ESTAGIÁRIOS	3.640,00D
FGTS RESCISÓRIO	4.899,61D

TOTAL DESPESAS COM PESSOAL	431.397,40D

DESPESAS GERAIS	
ENERGIA ELÉTRICA	22.729,67D
SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS	140.117,84D
DESPESAS NATALINAS	1.700,00D
SERVIÇOS TERCEIROS PF	17.895,00D
DESPESAS COM ALIMENTAÇÃO	72.064,60D
DESPESAS COM CARTÓRIO	2.187,30D
DESPESAS COM VIAGENS	87.270,21D
DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	10.914,35D
DESPESAS COM ESTACIONAMENTO	2.667,96D
DESPESAS COM GRÁFICA	15.441,19D
DESPESAS COM INFORMÁTICA	17.569,64D
DESPESAS COM TÁXI	45.679,56D
MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	2.943,49D
CONGREJUFE	73.883,23D
DESPESAS COM COMBUSTÍVEL	2.523,48D
CONDOMÍNIO	39.577,61D

ASSISTÊNCIA CONTÁBIL	9.275,00D
CONTRIBUIÇÃO ESTATUTÁRIA FENAJUFE	133.877,18D
TELEFONE	74.057,60D
CORREIOS E MALOTES	50.612,48D
CÓPIAS E ENCADERNAÇÕES	9.598,54D
REVISTAS/JORNAIS E PUBLICAÇÕES	150.114,47D
LANCHES E REFEIÇÕES	13.317,70D
MATERIAL DE ESCRITÓRIO	43.285,21D
DESPESAS GERAIS	1.027,42D
DESPESAS COM INTERNET	11.337,81D
IMPOSTOS TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	7.370,30D
IPTU	1.475,10D
ASSESSORIA DE IMPRENSA/ COMUNICAÇÃO	744,00D
CURSOS E SEMINÁRIOS	27.672,32D
DESPESAS COM PANFLETAGEM	8.695,50D
IPVA	971,67D
MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS	11.873,20D
ALUGUEL DE CARRO DE SOM	1.575,00D
SERVIÇOS DE ARQUITETURA	2.970,00D
EVENTOS	53.103,73D
CONTRIBUIÇÃO ESTATUTÁRIA CUT	48.505,58D
APOIOS	15.074,00D
MANUTENÇÃO PREDIAL	255,60D
TV POR ASSINATURA	3.809,65D
SEGUROS	3.378,36D

TOTAL DESPESAS GERAIS	1.239.142,61D

DESPESAS TRIBUTÁRIAS	
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	442,16D
CUSTAS JUDICIAIS	4.048,14D
PIS S/FOLHA DE PAGAMENTO	2.491,42D

TOTAL DESPESAS TRIBUTÁRIAS	6.981,72D

DESPESAS FINANCEIRAS	
MULTAS E MORA FISCAL	516,27D
DESPESAS BANCÁRIAS	1.309,87D
CPMF	7.769,86D

TOTAL DESPESAS FINANCEIRAS	9.596,00D

TOTAL DE DESPESAS DO EXERCÍCIO	1.687.117,73D
--------------------------------	---------------

APURAÇÃO DE RESULTADO

RESULTADO DO PERÍODO	
SUPERAVIT DO EXERCÍCIO	257.788,98C

Imprensa sindical: respeito à inteligência do leitor

Prestação de Contas Investimentos em comunicação, cursos e eventos atraíram mais sindicalizados



A imprensa do Sisejufe é reconhecida nacionalmente pelo dinamismo, produção própria de material jornalístico de qualidade, criatividade e sobriedade – o que significa uma evolução da comunicação panfletária que ainda caracteriza muitos sindicatos. Na concepção do Sisejufe, a imprensa sindical se situa num campo alternativo e muitas vezes de contraposição à “agenda setting” dos grandes veículos de comunicação e, por isso, deve estabelecer conexões entre os movimentos sociais, sindicais e políticos que busquem avançar na sociedade idéias e conceitos combatidos pelos donos da mídia e do poder econômico. Um exemplo é a campanha feita pelos grandes jornais do Rio des-

qualificando o movimento sindical e propondo a redução do Estado com a demissão de servidores públicos e terceirização dos cargos.

Em 2007, o Sisejufe investiu na Idéias em Revista e criou um novo jornal com papel reciclado e projeto gráfico totalmente diferente do anterior. Nasceu, assim, o Contraponto, permitindo veicular matérias para a categoria com mais conteúdo num projeto gráfico contemporâneo. Este enfoque exigiu que o percentual da receita total investido em comunicação, que em 2004 foi de 2,1%, aumentasse para 7,5%, em 2007. Ressalte-se que o jornal anterior era feito em papel-jornal e hoje o papel é reciclado.

Em 2006, com a separação do suplemento Idéias do jornal Que Fazer, criou-se a Idéias em Revista, já em papel reciclado. O investimento foi compensado pela economia na rubrica “Correio, malote”. Antes as publicações eram entregues nos tribunais e na casa dos sindicalizados via Correios. A partir de 2006, somente os aposentados passaram a receber o jornal em casa, permitindo uma economia de R\$ 35 mil, quase 50% da rubrica “Correio, malote”. Os demais servidores recebem em mãos, em seus locais de trabalho, a revista e o jornal do Sisejufe. Além disso, o sindicato atualiza diariamente sua página na Internet e distribui o Boletim Informativo Fique por Dentro.

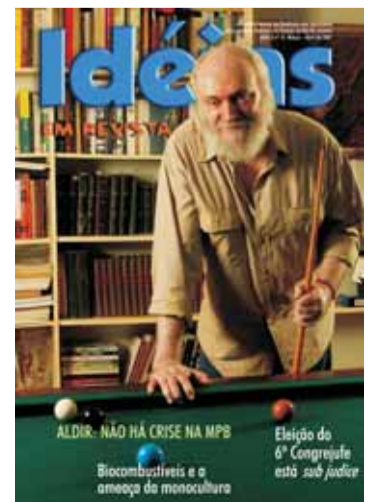
Ano de eventos culturais e cursos





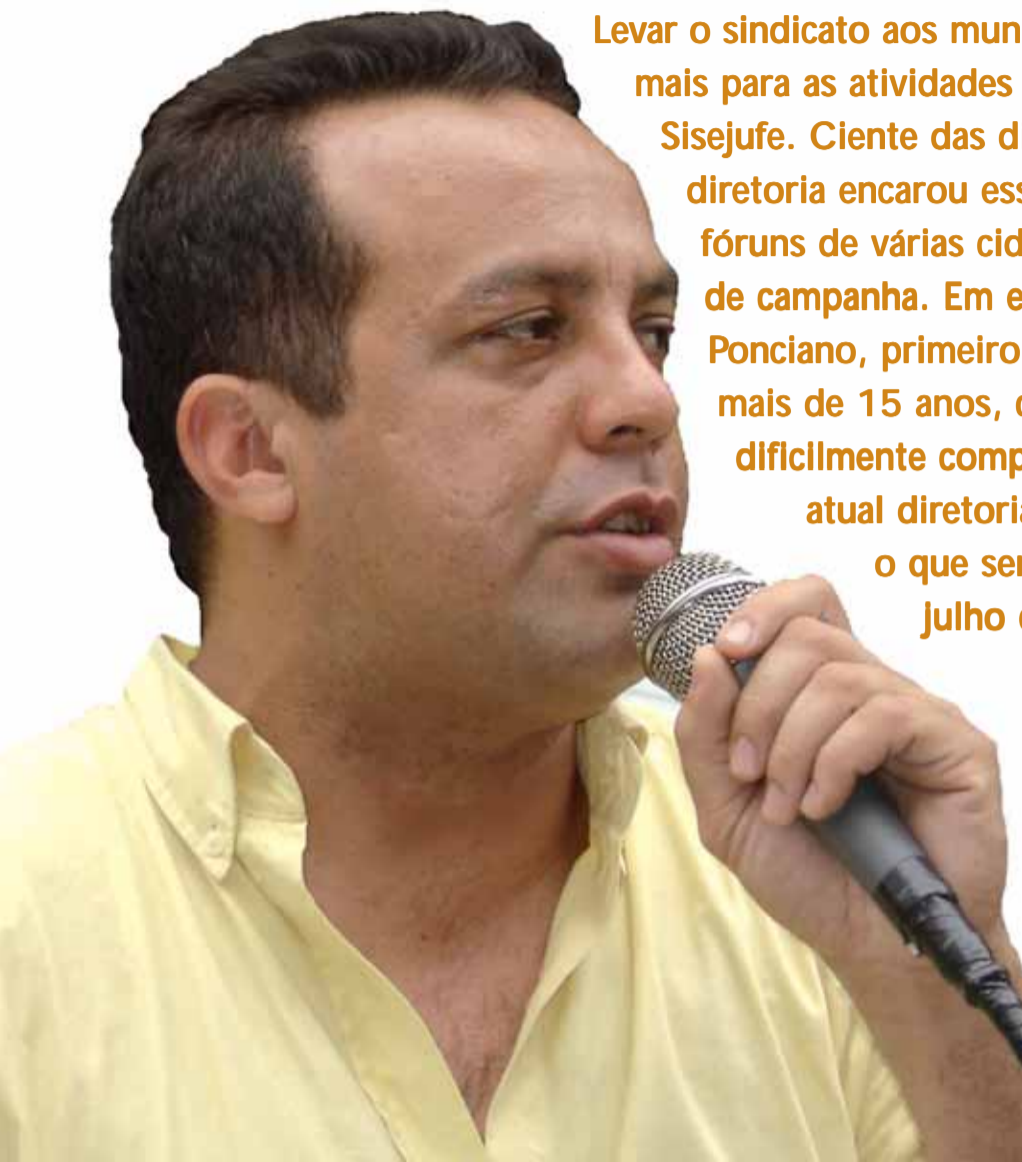
O Sisejufe, na atual direção, ofereceu à categoria opções de socialização, formação e confraternização. Isto atraiu os servidores para nova sede, onde cursos (muitos servindo para Adicional de Qualificação), seminários e eventos culturais justificaram os investimentos realizados na reforma.

Aqui observa-se uma grande diferença entre 2004 e 2007. Enquanto o percentual investido da receita total em 2004 foi de 0,2%, em 2007 foi de 4%; um crescimento nominal na ordem de 27 vezes!



Edições da Idéias em Revista de 2007 e 2008; jornal Contraponto; Boletim Fique por Dentro; e portal de Internet.

Visitas periódicas da diretoria fortalece



Levar o sindicato aos municípios do interior do estado e atrair a categoria cada vez mais para as atividades da entidade tem sido uma das prioridades da direção do Sisejufe. Ciente das dificuldades de realizar o trabalho sindical no interior, a diretoria encarou esse desafio e tem percorrido, na medida do possível, os fóruns de várias cidades distantes da capital. Cumpre, assim, uma promessa de campanha. Em entrevista ao CONTRAPONTO, o diretor Roberto Ponciano, primeiro dirigente liberado para exercer o mandato sindical em mais de 15 anos, conta como é o trabalho em locais em que o sindicato dificilmente comparecia em gestões anteriores. Para ele, a grande meta da atual diretoria é aumentar a representatividade da entidade no interior, o que será concretizado com a eleição dos diretores de base, em julho deste ano.

O trabalho de formiguinha, no entanto, já começa a dar resultados. Basta conferir o crescimento do número de sindicalizados entre os servidores lotados no interior. Em 2007, depois da liberação do dirigente, das quase 400 filiações, mais de 60% foram de servidores que trabalham em repartições fora da capital. “O sindicato se fará presente nas cidades do interior ao eleger os representantes nos locais de trabalho”, afirma Ponciano.

CONTRAPONTO – Qual a grande dificuldade de realizar o trabalho sindical no interior?

ROBERTO PONCIANO – Em primeiro lugar, temos que lembrar que o Sisejufe é uma entidade estadual fundada em 1988, mas sob uma lógica de um sindicato municipal, já que foi fundado por servidores que trabalhavam na cidade do Rio de Janeiro. Os principais fóruns e a concentração de servidores eram, na época, na capital. Havia poucos cartórios no interior. Estamos trabalhando para transformar a entidade em um sindicato de todo o estado.

CONTRAPONTO – E isso se reflete na composição das várias diretorias do sindicato até hoje?

PONCIANO – Claro que sim. Basicamente, as direções são compostas por servidores militantes da capital e, no máximo, têm companheiros da Baixada Fluminense. Assim, as demandas do interior ficam sempre de lado. Você cai em um ciclo vicioso. Não se atende o interior porque não há representantes de lá na direção

e não aparecem dirigentes do interior porque o sindicato não atende as demandas específicas que não são da capital. E assim vai se perpetuando um sindicato com uma lógica centrada na capital do estado.

CONTRAPONTO – E como corrigir isso?

PONCIANO – Fazendo um trabalho de visitação. Tenho feito esse trabalho no interior, aproveitando que sou o único diretor liberado. Vamos aumentar a representatividade do sindicato para que na próxima gestão tenhamos mais servidores dessas regiões. O objetivo é promover eleições de diretores de base em julho, junto com a eleição para a nova direção do Sisejufe. Só assim, o sindicato se fará presente nas cidades do interior. Vamos garantir a representação nos locais de trabalho e resolver em definitivo este problema.

CONTRAPONTO – E a receptividade por parte dos servidores do interior? Eles não estavam acostumados a receber a visita da direção

do sindicato...

PONCIANO – Estamos cumprindo uma promessa de campanha. Nenhuma gestão fez isso antes. A receptividade é diferenciada. Na Justiça Federal e na Justiça Eleitoral tem sido boa. Na Justiça do Trabalho a acolhida, inicialmente, foi fria, já que lá temos a concorrência de outras entidades. Com o tempo, os servidores viram que o trabalho do sindicato no interior veio para ficar e agora acolhem o Sisejufe com simpatia. Com a continuidade das visitas, vamos aproximar cada vez mais o Sindicato desses servidores, já que eles viram que o trabalho não era casuístico ou fortuito. Não começamos este trabalho numa época eleitoral.

CONTRAPONTO – O que falta no trabalho do sindicato nestas áreas?

PONCIANO – O servidor do interior se sentia muito desamparado, abandonado. O problema é que o sindicato não tinha perna para cobrir todo o estado. Mas com a minha liberação estamos fazendo esse trabalho. Então, basicamente faltava, em pri-

meiro lugar, a comunicação da entidade com os servidores desta região.

CONTRAPONTO – Mas por que apenas um diretor liberado. O que isto acarreta?

PONCIANO – A atual legislação permite que apenas um diretor seja liberado para a nossa entidade sindical, porque há uma relação com o número de filiados, ainda que exista uma controvérsia e se possa reivindicar até um por Justiça especializada. Mas também temos o problema financeiro, já que o sindicato não é uma entidade rica. A minha liberação, na parte financeira, é por conta do Sisejufe. O trabalho de um único diretor liberado num estado inteiro é sempre muito complicado. Além do interior, fico responsável por representar o sindicato em atividades em vários lugares, como por exemplo, votações de projeto de interesse da categoria em Brasília. Estamos tentando modificar a lei para garantir a liberação de outros diretores com as despesas por conta do empregador. A dificuldade é grande para os pequenos sin-

dicatos. No Piauí, por exemplo, uma diretora que estava liberada teve que voltar a trabalhar no fórum, pois o sindicato de lá não tinha condições de pagar o salário dela.

CONTRAPONTO – Enquanto não há liberação de outros dirigentes...

PONCIANO – Vamos manter as visitas periódicas. A cada edição de jornal e da revista conseguimos cobrir um terço do estado. Por isso demoramos a voltar. Mas vamos continuar, as pessoas reconhecem nosso esforço e boa vontade. É por isto que 60% dos novos filiados vem do interior. De uma situação em que Itaperuna, por exemplo, não tinha 20% de filiação, chegamos a quase 100% de filiados!

CONTRAPONTO – Quais os principais problemas detectados no interior?

PONCIANO – O principal deles é a falta de servidores para atender a demanda em todas as áreas da Justiça. Muitos passam nos concursos da Justiça Federal e não querem ir para o interior. Prefe-

em o sindicato no interior do Estado

rem ficar na capital. E quem vai para o interior acaba querendo retornar logo. O serviço fica acumulado e quem fica é sobrecarregado.

CONTRAPONTO – E como resolver isso, então?

PONCIANO – Por mais que cause desconforto para quem fez um concurso pensando em trabalhar na capital, temos que lotar servidores recém concursados no interior, ter um critério para lotação, remoção e permuta. O ideal é que seja sempre realizado concurso de remoção a cada novo concurso externo. Sem contar que faltam critérios claros para distribuição dos servidores. Os mais novos ficam na capital, enquanto servidores mais antigos estão no interior e querem voltar. Não há mecanismos para mobilidade e critérios de fixação de localidade. O sindicato defende concursos com critérios objetivos para remoção.

CONTRAPONTO – Há locais mais problemáticos?

PONCIANO – Vou citar um exemplo. A Central de Mandados de Campos tem apenas oito oficiais de justiça. É a maior cidade do estado, em termos territoriais, com um pequeno número de oficiais de justiça. Eles quase não dão conta do serviço, para cumprir um mandado andam 60, 70 quilômetros de carro. E por outro lado, os outros oficiais não querem ir para lá. Se houvesse concursos com critérios objetivos, o servidor entraria no serviço público sabendo que pode ser lotado no interior e porque iria para lá, assim como, o que deveria fazer para escolher outra cidade. E vice-versa. Há também servidores que desejam ir para o interior e, contraditoriamente, não conseguem vaga para a cidade desejada. É preciso garantir que não haja vacância [claro de lotação] maior que 10% da força de trabalho em nenhum local, para que as pessoas que permaneçam nestas lotações não sejam sacrificadas.

CONTRAPONTO – Além da falta de pessoal, existem outros problemas?

PONCIANO – Praticamente não existe curso de capacitação para o interior. Isso prejudica as pessoas no Adicional de Qualificação, no treinamento necessário para a FCs e CJs e na progressão funcional. O PCS3 exige que servidor faça cursos de capacitação. Hoje só os servidores de capital têm acesso aos cursos. Pouco ou quase nada se oferece no interior. Os tribunais alegam que não há recurso para implementá-los no interior.

CONTRAPONTO – E por que isso acontece?

PONCIANO – Muitas vezes, a chefia não libera o servidor; não tem diária e hospedagem para deslocamento. Além do mais, os tribunais não se interessam em investir em convênios com instituições para capacitar os servidores do interior, ou alegam que não têm verba suficiente. Isso prejudica a progressão.

CONTRAPONTO – E o que Sisejufe tem feito?

PONCIANO – O sindicato coloca o seu Departamento Jurídico à disposição dos servidores que quiserem entrar com ação por se sentirem prejudicados por falta de progressão. Também estamos agendando reuniões com as direções das justiças Eleitoral, do Trabalho e Federal para cobrar uma solução do problema que é grave. (Logo após esta entrevista, o sindicato foi recebido pelo setor de treinamento da Justiça Federal para discutir o assunto. O Sisejufe ainda aguarda contato com as chefias de treinamento da Justiça Eleitoral e do Trabalho).

CONTRAPONTO – E os problemas param por aí?

PONCIANO – Infelizmente, não. As condições de trabalho no interior são muito piores do que as da capital. O mobiliário, os equipamentos e a manutenção são piores, com raras exceções. Na Justiça do Trabalho, quando o fórum é



Liberação de diretor faz sindicato chegar a municípios nunca visitados por gestões anteriores. Resultado é o aumento da sindicalização no interior.

próprio, as condições, no geral, são boas. Mas há pouco equipamento, como computador. E a manutenção leva até 15 dias para acontecer, por ser centralizada na capital.

CONTRAPONTO – E quando o local não é próprio?

PONCIANO – Aí a coisa piora ainda mais. Principalmente, quando é cedido pelas prefeituras. Os espaços são inadequados, não há conforto e os servidores trabalham em um quadro de pura improvisação. Na Justiça Federal, não é muito diferente, principalmente quando o prédio é misto, comercial, com uso não exclusivo da Justiça Federal. Em algumas cidades as instalações são ruins, como em Teresópolis. Lá, os cartórios funcionam por conta do esforço dos servidores que são submetidos a trabalhar em locais apertados e inadequados.

CONTRAPONTO – Existem outros locais ruins assim?

PONCIANO – As varas do Trabalho de Nova Iguaçu e Duque de Caxias estão com o forro caindo literalmente na

cabeça dos servidores. A de Itaguaí mais parece um armazém do cais do porto, tamanho inadequação.

CONTRAPONTO – Os servidores da Justiça Eleitoral escapam desse quadro?

PONCIANO – De jeito nenhum! A situação também é dramática. Como no geral as zonas eleitorais funcionam em locais cedidos pelo estado ou prefeituras é difícil entender como conseguem trabalhar naquelas condições. Em Nova Iguaçu, por exemplo, são lojas que serviriam para um bom botequim. O Sisejufe defende que as administrações dêem mais atenção às condições de instalação do Judiciário no interior. Não adianta interiorizar a Justiça a qualquer custo. É preciso instalar em locais próprios e em condições mínimas de atendimento.

CONTRAPONTO – E ainda há mais problemas?

PONCIANO – Há o problema do transporte. Muitos servidores trabalham longe de casa e têm dificuldades no

deslocamento, já que não há linhas de ônibus modais que façam o transporte. Nos locais próximos de Minas, as pessoas vão de um Estado a outro, na maioria de vezes, a única solução é ir de carro ou de van. As administrações não facilitam o reembolso de transporte que os servidores gastam do próprio bolso, criando regras restritivas para a restituição do valor desembolsado. O nosso Departamento Jurídico está à disposição de quem quiser questionar o não-pagamento da restituição da passagem.

CONTRAPONTO – O esforço do sindicato em estar mais presente no interior começa a dar resultados. O número de sindicalizados aumentou?

PONCIANO – Das cerca de 400 filiações feitas em 2007, mais de 60% são de servidores do interior. É o reconhecimento do trabalho da diretoria. O Sisejufe adotou essa política agressiva de filiações e convênios para o interior. E quem quiser dar sugestões e opiniões, além de pedidos de novos convênios é só mandar uma mensagem para contato@sisejuferj.org.br que serão avaliadas pela diretoria.

As condições de trabalho no interior são muito piores do que as da capital.

Quem sabe faz 6 horas



Lucia Andrea, técnica judiciária do Recursos Humanos da Seção Judiciária do Rio

Jornada reduzida beneficiará quem tem dupla ou tripla jornada

Max Leone*
texto e fotos

Nem só de trabalho se vive a vida. É preciso ter tempo para fazer outras coisas como cuidar dos filhos, da saúde, estudar, e, por que não, se divertir. O trabalho é importante mas não é tudo na vida. A campanha pela jornada de 6 horas, encabeçada pelo Sisejufe e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), vem levantando essa discussão entre os servidores do Judiciário Federal no Rio, principalmente entre aqueles que mantêm uma dupla ou até mesmo uma tripla jornada.

Está comprovado que

uma jornada de trabalho menor proporciona uma melhor qualidade de vida para muitos servidores e servidoras. Uma delas seria a técnica judiciária do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) Sheila Maria de Oliveira Omena, de 37 anos. Há 11 anos no Tribunal, Sheila se divide entre as várias tarefas do cotidiano no pouco tempo que sobra antes e depois do trabalho. Mãe de duas filhas – uma de 10 anos e outra de apenas 3 – ela defende as seis horas com dois turnos de atendimento.

“Assim, não prejudica o eleitor que procura a zona eleitoral. Por outro lado me permitiria ficar mais tempo

com minhas filhas, posso voltar a estudar e não só trabalhar. Você não tem noção o que é ficar oito horas direto no atendimento. É muito cansativo”, explica.

Desde 1993 no serviço público, a analista judiciária da 37ª Vara do Tribunal Regional Federal (TRF) Teresa Cristina Lages, de 42 anos, também usaria mais o tempo que lhe sobraria com as seis horas de trabalho para se dedicar aos filhos. Atualmente, seu dia se divide entre as oito horas no Tribunal, “as tarefas do lar”, como costuma denominar sua segunda jornada, e cuidar dos dois filhos – um de 14 anos e outro de 5. Sempre correndo para dar conta de tudo.

“Às vezes chego atrasada no trabalho porque cuidar do dia-a-dia é difícil. Nem sempre consigo ir às reuniões na escola dos meus filhos. Conto com a ajuda da minha mãe. A avó nessas horas acaba nos substituindo.”

“Não consigo acompanhar o crescimento do meu filho. Já nos fins de semana é possível dar uma atenção melhor. Durante a semana é uma correria. Estudo de manhã, ou melhor, assisto às aulas, pois também não tenho tempo de estudar como gostaria...”

“Às vezes chego atrasada no trabalho porque cuidar do dia-a-dia é difícil. Nem sempre consigo ir às reuniões na escola dos meus filhos. Conto com a ajuda da minha mãe. A avó nessas horas acaba nos substituindo”, lamenta, ressaltando que com uma jornada de seis horas poderia até pensar em voltar a estudar.

Mais tempo para acompanhar o crescimento do filho de 9 anos e estudar é o que também espera a técnica judiciária do Recursos Humanos (RH) da Seção Judiciária do Rio Lucia Andrea Figueiredo Araujo, de 34 anos, com a implementação da jornada de seis horas diárias de trabalho.

“Não consigo acompanhar o crescimento dele. Só nos fins de semana é possível dar uma atenção melhor. Durante a semana é uma correria. Estudo de manhã, ou melhor, assisto às aulas, pois também não tenho tempo de estudar como gostaria. Quando chego em casa dou uma passada nos deveres dele, conversamos um pouco e já está na hora de dormir. Tinha até vontade de ter outro filho. Mas com essa correria, nem pensar”, relata, comentando que o lazer fica mesmo para as férias que são divididas para ir ao médico, dentista e fazer exames. “Lazer acaba ficando em segundo plano. Não tem jeito”.

Há quem possa pensar que as seis horas de trabalho só vão beneficiar as mulheres que executam mais de uma jornada. Existem também casos de homens que assumem tarefas extras e que poderão ganhar um tempinho a mais para se dedicar à família. É o caso do técnico judiciário do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) Willians Faustino de Alvarenga, de 42 anos. Pai de um menino de oito anos, o servidor está à frente de todas as tarefas que, em geral, ainda, são atribuídas às mães: acorda cedo serve o café da manhã, olha o material da escola, dá banho, arruma e leva a criança para a aula e depois vai trabalhar. Normalmente, não consegue chegar a tempo de pegar o garoto no colégio. Aí, nessa hora, entra em cena a gloriosa vovó.

“Conto com a ajuda de minha mãe quando não tenho condições de pegá-lo na escola. Ela fica com ele até eu chegar do trabalho. Aí vejo se fez o dever de casa e o coloco para dormir. Todos os dias é uma luta para tentar equilibrar tudo isso”, afirma, lembrando que já houve ocasião em que, como não tinha com quem deixar o filho, se viu obrigado a levá-lo para o trabalho. “Ele até que gostou de ficar lá. Foi bom para ele ver onde o pai trabalha”.

Para Willians, as 6 horas seriam ideais, pois dariam oportunidade de se dedicar mais ao menino. Mas por outro lado, a rotina tem servido para que ele perceba as dificuldades das milhares de mães que se descobrem para dar conta do recado. “Vejo como é difícil, como é pesado ter dupla jornada. Cada dia mais eu valorizo as mulheres”, se rende Willians.

A diretora da 4ª Vara do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), em Niterói, há 16 anos, Andrea Pereira de Souza Vonsydon, de 44 anos, já



Teresa Cristina Lages, analista judiciária da 37ª Vara do TRF

S, não espera acontecer

“Seria maravilhoso ter uma jornada de seis horas de trabalho. Daria para fazer outras coisas, cuidar da casa melhor.”

senti na pele o que uma jornada de trabalho prolongada pode proporcionar à saúde. Por diversas vezes, lembra, que, mesmo de licença médica, foi trabalhar para não sobrecarregar os colegas da repartição. Ela diz que o problema de coluna e a hipertensão são resultados do excesso de trabalho.

“A jornada de seis horas é mais humana. Não adianta ficar o dia inteiro trabalhando porque no final o rendimento, a produção caem. Você acaba não dando conta. Além de reduzir a jornada é preciso ter mais funcionários para não sobrecarregar”, de-

fende, ressaltando que muitos servidores levam mais de duas horas no deslocamento casa/trabalho e já chegam esgotados para trabalhar.

Andrea, que está em fase de defesa de tese de mestrado, diz que usa o recesso do Judiciário e as férias para poder intensificar os estudos. A filha mesmo criada – tem 28 anos e mora em Lisboa – e a sobrinha de 18 anos dão trabalho. “Se eu trabalhasse seis horas teria mais tempo para a família”, afirma.

Um dos desafios será quebrar preconceito da sociedade

Para a técnica judiciária Juliana Lemos Fernandes, de 28 anos, do Tribunal Regional Federal (TRF), na Rua do Acre, o grande desafio da campanha pelas seis horas será quebrar o preconceito da sociedade em relação aos servidores públicos. Segundo ela, as pessoas

acham que o funcionalismo trabalha pouco e ganha bem. “Nossa função é cansativa. Ficar muitas horas em frente ao computador, lendo processos, digitando. É um trabalho que exige atenção, temos que ler vários processos, lembrar das leis e fazer a relação entre eles”, relata Juliana, que ainda encontra tempo para estudar e tentar uma vaga de magistrada. “Com as seis horas eu iria estudar mais”, completa.

O estresse e um problema de coluna fizeram a técnica judiciária da Seção de Mandados Cíveis do Tribunal Regional Federal do Rio de Janeiro Maria Celina de Moura, de 43 anos, sentir o peso provocado pela jornada de 8h durante os dez anos em que trabalha no Judiciário. Obrigada a se licenciar por três vezes para cuidar da saúde, a servidora atribui ao volume de trabalho a todo estresse que se viu submetida. Segundo ela, o setor onde trabalha é responsável



Willians Faustino de Alvarenga, técnico judiciário do TRT e o filho

“Conto com a ajuda de minha mãe quando não tenho condições de pegá-lo na escola. Ela fica com ele até eu chegar do trabalho. Ai vejo se fez o dever de casa e o coloco para dormir. Todos os dias é uma luta para tentar equilibrar tudo isso.”

pela distribuição de 20 mil cumprimento de mandados por mês.

“Passo mais tempo no trabalho do que em casa. Além do mais trabalhamos muito tempo sentados e isso afeta a coluna. Sem contar o estresse

que é ter tanto processo para distribuição. Seria maravilhoso ter uma jornada de seis horas de trabalho. Daria para fazer outras coisas, cuidar da casa melhor”, afirma, revelando que nem pensa em lazer durante a semana.

Sisejufe participa do lançamento da campanha pelas 6 horas no Rio

Organizado pela CUT, um ato realizado dia 18 de março, no Largo da Carioca, marcou o lançamento da Campanha pela Jornada de 6 horas de Trabalho no Rio. A manifestação contou com a participação do Sisejufe e outras entidades cutistas como o Sintuferj e o Sindicato dos Bancários do Rio.

Como não poderiam faltar, os militantes favoráveis à redução da jornada de trabalho, sem redução de salários, empunhavam as tradicionais faixas e bandeiras vermelhas. Foram recolhidas centenas de assinaturas para o abaixo-assinado que respaldará a Proposta de Emenda Constitucional

(PEC), de iniciativa popular, a ser encaminhada ao Congresso Nacional.

Nos discursos, os dirigentes sindicais enfatizaram a importância da unidade entre as centrais na luta pelas 6 horas, sempre lembrando que o país só tem a ganhar com a redução da jornada, pois seriam criados mais de 2 milhões de empregos.

Para os trabalhadores, o empresariado tem todas as condições de suportar a mudança na carga horária de trabalho. As novas tecnologias, o crescimento da economia e os lucros cada vez maiores permitem a redução da jornada,

sem redução de salário. “Esta é uma campanha que interessa muito às mulheres, sacrificadas com uma jornada de trabalho extensa, além da dupla, tripla jornada de trabalho em casa. A unidade dessa campanha, certamente, vai nos levar à vitória. Temos que ter claro que a redução da jornada, sem redução de salário, é a principal bandeira do movimento sindical em 2008. Nosso desafio no Rio é conseguir 100 mil assinaturas, mas temos certeza de que vamos conseguir ainda mais”, afirmou Neusa Luzia Pinto, presidente da CUT-RJ.

*Da Redação.

Sisejufe debate interesses da categoria com TRF

Tribunal Regional Federal Entre os temas: agentes de segurança, jornada e auxílio-saúde

Bianca Rocha*
Henri Figueiredo*

No dia 11 de março, os diretores do Sisejufe Valter Nogueira Alves e Roberto Ponciano se reuniram com o presidente do TRF, Joaquim Antônio Castro Aguiar, para tratar de algumas reivindicações da categoria. O presidente do TRF informou que está em estudo e desenvolvimento junto ao Colégio de Presidentes dos Tribunais a reestruturação do segmento da segurança e o necessário treinamento e qualificação dos Agentes de Segurança para exercerem as atividades típicas de segurança. A proposta está sendo finalizada e tão logo o Colégio dos Presidentes cheguem ao posiciona-

mento final Castro Aguiar levará a proposta ao plenário do tribunal.

Sobre a redução na jornada de trabalho para 6 horas, Castro Aguiar, o diretor geral do TRF Luís Carlos Paixão e a diretora de Recursos Humanos Lenir Glória reuniram-se no dia 12 de março com o Sisejufe e estabeleceram que o setor de RH e a direção geral vão elaborar uma minuta de regulamentação que contemple a ampliação do horário de atendimento ao público e as especificidades de cada setor do tribunal, sem aumento da carga horária. Ficou acertado que o sindicato fará sugestões para a minuta de regulamentação. Na mesma reunião, foi discutido o

reembolso do auxílio-saúde dos servidores que utilizam um plano diferente do que o do tribunal. O diretor geral e a secretária de RH ponderaram que os valores estabelecidos pelo CJF deveriam ser proporcionais ao salário e à idade dos servidores. Dessa forma, o presidente encaminhou a discussão novamente ao CJF, que se reunirá dia 5 de abril.

Transferência para a Rio Branco

O presidente descartou a possibilidade de transferência do setor administrativo do TRF para um prédio da CEF, na Avenida Rio Branco, já que este se mostra inadequado para receber tal serviço. Ha-

verá uma realocação de setores com a transferência de móveis (não de funcionários) para o depósito na Quinta da Boa Vista, conseguindo-se assim um espaço necessário no TRF sem necessidade de mudanças.

O diretor do Sisejufe Valter Nogueira Alves fará um estudo do percentual de veículos pertencentes a idosos e deficientes atualmente estacionados na garagem do tribunal para viabilizar o aumento de número para o mínimo de 5% das vagas na garagem do TRF para deficientes e idosos, como manda a Lei Municipal, e encaminhará ao presidente do órgão.

O desembargador Castro

Aguiar solicitou ao diretor Roberto Ponciano que levantasse as necessidades de equipamento para a implementação de pólos de treinamento no Interior do Estado. Ponciano encaminhará o estudo até o final de maio, com as demandas dos servidores do Interior.

O sindicato pediu para acompanhar a reestruturação de FCs e CJs que sobrarão por conta da implementação final da GAE e GAS do PCS3, para que haja equitatividade entre os diversos cartórios e entre os setores de atividade judicial e atividades administrativas.

*Da Redação.

Encontro nacional debate federalização da JE

Justiça Eleitoral Diretor do Sisejufe e servidor foram a Brasília para participar das discussões

Max Leone*

Três temas foram o centro das discussões do II Encontro Nacional da Fenajufe sobre assuntos da Justiça Eleitoral. Os cem participantes do evento, realizado em 22 de fevereiro, em Brasília, deram o primeiro passo para a organizar lutas específicas do setor, principalmente a federalização da Justiça Eleitoral, a isonomia do pagamento das Funções Comissionadas (FCs) entre chefes de cartórios do interior e da capital e contra o assédio moral nas repartições.

Segundo o diretor do Sisejufe João Mac-Cormick, que juntamente com o servidor Leonardo Mendes, representou o Rio de Janeiro no encontro, o objetivo é pressionar o governo para que seja aprovado um projeto de lei que garanta o pagamento de FC-6 a todos os chefes de cartórios, independentemente de sua lotação. Atualmente, o servidor que trabalha no interior recebe uma FC-1. Já

os que estão na capital, ganham uma FC-4. Vale lembrar que no final da implementação do Plano de Cargos e Salários (PCS3), em dezembro de 2008, a FC-6 ficará em R\$ 3 mil e conta o seu engajamento.

Para os participantes do encontro nacional, a federalização deve ser implementada o quanto antes. Segundo o diretor do Sisejufe, o ideal é que a Justiça Eleitoral tenha um quadro próprio de juízes eleitorais. "Hoje, os juízes e promotores eleitorais são oriundos da Justiça Estadual, dos TJs e MPes, não são específicos da Justiça Eleitoral. Por isso defendemos concurso público para esses cargos, assim como a criação da função de oficial de justiça para cartórios eleitorais", explica Mac-Cormick.

Também foram discutidos temas como o acesso à Internet nos cartórios eleitorais. "É discriminatório o fato de o servidor da sede ter acesso e aqueles lotados em cartório,

não. Sem contar a falta de funcionalidade. Vários assuntos podem ser tratados e resolvidos pelo correio eletrônico", defende Leonardo Mendes.

A criação da gratificação para o servidor lotado em cartório encarregado de cumprir mandados como oficial de justiça ad hoc também foi discutida. O encontro debateu ainda a possibilidade da Justiça

passar a ter um suprimento de fundos para cobrir despesas de pequeno vulto, como fotocópias e fechaduras, evitando que o chefe de cartório tire do próprio bolso recursos para pagar tais necessidades.

Nepotismo direto e cruzado foram outros assuntos debatidos no encontro, assim como a questão do Artigo 366 do Código Eleitoral, um

resquício da ditadura militar que impede a filiação partidária de servidores da Justiça Eleitoral, transformando-os em cidadãos de segunda categoria. Ficou acertado que uma nova rodada de discussões será marcada para aprofundar o debate dos temas.

*Da Redação.

Sisejufe faz novos convênios

Os associados do Sisejufe contam com novos convênios firmados pelo sindicato. As parcerias são com o curso CEJ 11 de Agosto, que aumentou os descontos oferecidos, e com o Hotel Aldeia da Serra, de Campos do Jordão (SP). Com o curso CEJ, a parceria foi ampliada: concessão de 10% de desconto nas mensalidades dos cursos, exceto nos módulos, para associados,

funcionários e dependentes do sindicato. Contato: Avenida Presidente Wilson, 165/302, Centro, Rio de Janeiro. Telefone: 2533-7073. Endereço eletrônico: cej11@cej11deagosto.com.br.

O convênio com o Hotel Aldeia da Serra (SP) dá direito a concessão de 10% de desconto sobre a tarifa vigente, tanto na alta, quanto na baixa temporada. O pagamen-

to das diárias será feito pelo beneficiário ao hotel, antecipadamente e em espécie, por transferência bancária, em cheque (50%) e o saldo na saída pode ser pago com o cartão Visa. Contato: Rua Antônio Oliveira Damas, 115, Campos do Jordão, São Paulo. Telefones: (12) 3663-1208 e 3663-5077; Telefone/Fax (12) 3663-4390 ou na página www.hotelaldeiaserra.com.br.

Casos de assédio moral no TRE

Justiça Eleitoral

Max Leone*
Henri Figueiredo*

Como se não bastasse o acúmulo de tarefas decorrente da falta de pessoal e as péssimas condições de trabalho, os servidores da Justiça Eleitoral, principalmente no interior do estado, estão sendo submetidos a constrangimentos e a um tipo de tratamento degradante. A cada dia surgem novos casos de injustiças cometidas contra servidores, como remoções descabidas e descontos de dias no contracheque mesmo que o funcionário apresente atestado médico que justifique a ausência. Tudo perpetrado pela Secretaria de Recursos Humanos.

O caso mais emblemático é o de João Silva¹, servidor do TRE desde 1996. João conta ser vítima de indiscriminadas remoções compulsórias para cidades distantes de onde mora. De 2007 para cá, ele foi obrigado a trocar quatro vezes de cartório eleitoral, sem ser consultado. A decisão da administração do TRE pode ser caracterizada por assédio moral.

“Compreendo que temos todos que dar nossa ‘quota-parte’ de contribuição, eis que não é justo que um colega de uma Zona Eleitoral fique sem gozar férias havendo outro local próximo que tenha algum servidor que possa ir substituí-lo”, afirma João.

A situação de João retrata a realidade de vários outros servidores que ficam a mercê de mando e desmando da administração autoritária do TRE que os obrigam a assumir seus postos em cartórios distantes. Há casos em que o servidor precisa se deslocar mais de 200 quilômetros para poder trabalhar. Outros se vêem forçados a passar a morar nas cidades para onde foram transferidos, ficando longe da família. Sem contar que, em muitos casos, não existem instalações adequadas que possam servir de moradia para os funcionários.

Multiplicam-se casos de perseguição e remoções sem razoabilidade

João, por exemplo, já teve de morar no próprio imóvel onde funciona o cartório eleitoral para o qual foi removido em uma das vezes. O desrespeito com a dignidade do servidor é tão grande que inúmeras dessas remoções arbitrárias são feitas de um modo indecoroso: “Os ofícios chegam ao findar do expediente, via fax, determinando que o servidor se apresente em ZE distante já no dia seguinte ou, para surpresa, até no mesmo dia!”, relata João.

A revolta de quem sofre tal arbitrariedade aumenta ao se perceber que há casos de servidores intocáveis, funcio-

ção do tribunal revise o impedimento.

Noutro caso, o servidor Luís Costa foi designado para assumir provisoriamente uma chefia de um cartório distante 50km de sua residência, em virtude de o funcionário requisitado ter sido devolvido ao órgão de origem. Dezesesseis meses após a remoção, Luís ainda não retornou ao cartório de origem. “Para chegar ao cartório, via transporte público, tenho que pegar duas conduções, sendo que a segunda tem horário incerto. O auxílio-transporte cobre apenas metade do meu gasto mensal, ou seja, parte da gratificação de chefia é utilizada no pagamento das passagens e combustível. Estava

raram licença-saúde e, logo depois do retorno, foram removidos. “Há um caso de um servidor que se recusou a despaçar com o juiz estadual assuntos do cartório eleitoral fora do local de trabalho, conforme preconiza a lei, e recebeu como ‘punição’ a remoção”, diz MacCormick. O diretor lembra também do caso de uma demissão sem que o Processo Administrativo Disciplinar (PAD) tivesse a presença de um advogado ou defensor público, como está definido pelo STJ. “O Sisejufe já recorreu ao pleno do TRE e o MP já se pronunciou favoravelmente à anulação do PAD”, lembra MacCormick.

O diretor João MacCormick considera que não existe compromisso da administração do TRE em ouvir as reivindicações dos servidores. “Estamos aguardando há mais de quatro meses uma audiência e ouvimos apenas que tudo depende de relatório da Secretaria de Gestão de Pessoas. Até prontuário da área de saúde de um servidor misteriosamente sumiu. Coincidentemente era de um funcionário que sofreu assédio moral”, relata, “nunca no Poder Judiciário do Rio de Janeiro houve tantos casos graves de perseguição”.

De acordo com outro diretor do Sisejufe, Valter Nogueira Alves, o sindicato está com o seu Departamento Jurídico à disposição para analisar possíveis ações contra o TRE a respeito de remoções que não atendam o princípio da razoabilidade. “O Sisejufe entrará com representações administrativas e judiciais e denunciará no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e nas comissões de Direitos Humanos da Câmara Federal e da OAB, os arbitrários praticados pela atual administração do tribunal”, afirma Valter.

O Sisejufe entrará com representações administrativas e judiciais no CNJ, no TSE e nas comissões de Direitos Humanos da Câmara Federal e da OAB, contra os desmandos, descabidos e perseguições praticadas pela atual administração do tribunal

nários que nunca são removidos. Também existem servidores que trabalham em cartórios muito mais próximos da localidade para a qual é necessária a remoção, sem necessidades de alocar servidores que residem a mais de 100 quilômetros.

Servidor paga para trabalhar

Em outra situação, o servidor José Souza teve vários dias de ponto cortado por estar doente, mesmo tendo encaminhado atestado médico 13 dias depois de voltar ao trabalho e não em dez, como prevê uma resolução do TRE. O fato é que a resolução do tribunal contraria o Regime Jurídico Único (RJU) que dá ao servidor 120 dias de prazo para entrega de qualquer documento. Não satisfeito, o servidor recorreu ao Sisejufe, mas as advogadas do sindicato tiveram o acesso impedido ao processo administrativo. Foi preciso o sindicato avisar que enviaria denúncia à Ouvidoria da OAB para que a administra-

somente com a garantia verbal da secretária de Gestão de Pessoas, apresentada em reunião com os chefes de cartório ocorrida em março de 2007, de que logo que entrassem em exercício os novos concursados, retornaria ao meu local de trabalho de origem”, reclama Luís.

Ele continua: “Acho justo que os novos concursados tenham direito de escolher sua lotação, mas tenho mais de 12 anos de casa. Sempre procurei desempenhar minhas funções da melhor maneira possível e, portanto, gostaria de não ser desrespeitado no direito de também escolher a minha lotação”.

Em um caso mais esdrúxulo, a servidora Maria Clara foi removida do cartório em virtude de excesso de funcionários. O que surpreendeu a servidora foi a lotação de recém-concursados no seu cartório de origem, mesmo ela tendo solicitado o seu retorno. Segundo o diretor do Sisejufe João MacCormick, o sindicato já recebeu denúncias de servidores que ti-

Jurídicas

Entre várias novas demandas que o Departamento Jurídico do sindicato tem prontas ou ajuizadas, destacam-se:

1 – Ação pleiteando o reajuste de 14,23%, resultante do percentual representado pela VPI da Lei nº 10.698/2003 sobre as menores remunerações do serviço público federal;

2 – Ação pleiteando a correção da VPNI dos Quintos, com base na variação dos CJ1 a CJ4 efetuada pela Lei nº 11.416/2006;

3 – Ação pleiteando isonomia de reajuste entre os padrões de vencimento estipulados pela Lei nº 10.475/2002;

4 – Ação pleiteando extensão da GAS aos aposentados;

5 – Ação pleiteando a anulação da exigência de pertinência entre a pós-graduação e as áreas de atividade do servidor, para fins de percepção do Adicional de Qualificação;

6 – Ação pleiteando paridade para as aposentadorias e pensões que não foram beneficiadas pelo novo PCS da Lei nº 11.416/2006;

7 – Ação pleiteando o afastamento da contribuição previdenciária sobre o adicional de 1/3 de férias e a devolução dos valores descontados;

8 – Ação pleiteando o afastamento da cobrança de Imposto de Renda sobre o auxílio pré-escolar ou auxílio-creche e a devolução dos valores descontados.

Também há várias ações judiciais individuais que podem ser adequadas aos problemas pelos quais os servidores passem e que requeiram atenção específica, como exemplo: ação pleiteando o afastamento da cobrança de valores percebidos de boa-fé na esfera administrativa, posteriormente alterados em prejuízo do servidor; ação que pleiteia a conversão da licença prêmio não gozada em pecúnia; ação que promove a anulação de remoção feita sem motivação ou com razões punitivas.

Além disso, na linha de frente dos questionamentos administrativos, o Sisejufe tem requerimentos administrativos protocolados nos órgãos do Poder Judiciário da União no Estado do Rio de Janeiro, referentes:

A – À fixação da jornada de trabalho dos servidores em 6 horas diárias (com decisão favorável no TRF);

B – Ao pagamento dos juros de mora dos 11,98%;

C – À inclusão da VPI na gratificação natalina (13%) e no adicional de 1/3 de férias;

D – Ao afastamento da cobrança de Imposto de Renda sobre o pagamento dos juros de mora dos 11,98% e devolução dos valores descontados.

*Da Redação.

Todos os nomes de servidores são fictícios, a pedido das fontes, para evitar represálias.

Ponto

CUT e sindicatos aliados “lutam” para aprovar lei que transferirá 1% da remuneração anual de todos os trabalhadores para os seus cofres

Rinaldo Martins
de Oliveira*

Está em trâmite no Congresso Nacional projeto de Lei nº 1990/2007, formulado pela CUT e encampado pelo governo Lula, que substitui o antigo Imposto Sindical pela denominada “Contribuição Negocial”.

A proposta determina que 1% da remuneração anual de cada trabalhador, independentemente de ser ou não filiado a entidade sindical, seja transferido, compulsoriamente, para os cofres das entidades sindicais (10% para as centrais sindicais, 5% para as confederações, 10% para as federações, 70% para os sindicatos, e 5% para o Fundo Solidário).

Na prática, a única diferença do que hoje ocorre com o imposto sindical getulista será que a Contribuição Negocial terá que ser aprovada em Assembleia Geral das categorias, o que dá uma aparência falsa-

mente democrática a esse novo imposto compulsório que está para ser criado e que onerará mais ainda os assalariados.

No mais, esta nova taxa-ção defendida pela CUT e pelos seus sindicatos aliados, faz-se PIOR do que o imposto sindical. Primeiro porque, na prática, aumenta em 4 vezes o valor descontado em relação ao que se paga no atual imposto (um dia de trabalho). Em segundo lugar, amplia o leque das categorias atingidas, incluindo, por exemplo, os servidores públicos, quase todos hoje isentos do tradicional imposto sindical.

A CUT nacional, em matéria recentemente divulgada no seu site, comemora e elogia o Senado que, por pressão de Lula, a pedido das centrais sindicais, derrubou a emenda da Câmara Federal que exigia a autorização explícita do trabalhador para o desconto em folha de pagamento da contribuição

sindical. Colocou esta derrubada da emenda como uma “conquista”, um “avanço”, que possibilitará a aprovação do novo imposto sindical.

Ora, que “conquista” ou “avanço” é esse que retira a liberdade individual do trabalhador de escolher se quer ou não contribuir para a sua entidade sindical?

Na verdade, foram “conquista” e “avanço”, não para os trabalhadores, mas apenas para a casta dos burocratas sindicais que hoje dominam os sindicatos e que, com o novo imposto, terão nas mãos as máquinas e estruturas sindicais mais gordas para o seu próprio proveito político e pessoal.

Em seu site, a CUT assim informa: “Artur (Presidente nacional da CUT), em sintonia com resoluções da CUT, acredita que somente a contribuição negocial, aprovada em assembleia e com direito à opo-

sição, é a maneira de financiar um novo movimento sindical que elimine os pelegos e privilegie a luta, a representatividade e a negociação”.

Discordamos profundamente dessa tese neo-pelega. Entendemos que a única maneira LEGÍTIMA de financiar o movimento sindical é com a LIVRE E ESPONTÂNEA CONTRIBUIÇÃO DE CADA TRABALHADOR que deve vir fazê-lo movido pela sua consciência política.

A proposta da Contribuição Negocial, feita pela atual direção da CUT e defendida pelas direções sindicais aliadas, é a forma encontrada para que tais entidades vivam bem financeiramente sem a necessidade de atuar visando a organização e politização das bases trabalhadoras. O mesmo propósito quando Getúlio criou o imposto sindical.

Isto porque a esmagadora

maioria das atuais direções sindicais, hoje submetidas às políticas elitistas do governo e adotando a ideologia do neo-conformismo, sabem que não mais representam as aspirações profundas da classe trabalhadora, muito pelo contrário. Por isso, precisam utilizar-se do argumento da força – no caso atual com o artifício de falsa democracia – para obter, na marra, aquilo que não conseguiriam obter gratuitamente, por falta-lhes a força do argumento político.

Precisamos, portanto, dar um NÃO à Contribuição Negocial da CUT e de seus aliados. Que cada entidade sindical sobreviva financeiramente por seus próprios méritos políticos. Pela sua credibilidade junto às bases trabalhadoras. Pela sua luta e combatividade. Sem estes elementos ela não tem sentido de existir.

*Servidor do TRE-RJ e militante sindical.

Contraponto

Sisejufe e CUT são, historicamente, contra o imposto sindical

O Sisejufe, ainda que tenha a Carta Sindical e, por conta disto, possa cobrar compulsoriamente o imposto sindical dos seus servidores, abre mão desta contribuição por ser, assim como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), historicamente contra o imposto sindical. Não pretendemos impôr à categoria nenhuma contribuição que ela não decida de forma democrática, em Assembleia Geral.

Na verdade, o sindicato, já em 2002, abriu mão de receita ao diminuir o valor da cobrança de 2% do vencimento básico (que é estatutário e o sindicato ainda hoje poderia cobrar) para 1%. O Sisejufe é o sindicato do Judiciário Federal que, proporcionalmente, arrecada menos em todo o Brasil.

Nem o Sisejufe nem a CUT têm interesse em criar algo que se assemelhe ao imposto sindical, que é um resquício do Es-

tado Novo e ajuda a manter sindicatos sem base ou representação legítima. Todo o dinheiro que move o nosso sindicato vem da contribuição voluntária dos servidores sindicalizados. Boatos difamatórios e “inflamatórios” sobre uma suposta arrecadação de R\$ 10 milhões que o Sisejufe teria por meio de contribuições compulsórias têm o intuito de criar factóides às vésperas de eleição para indispor contra a direção sindical.

Na verdade, o sindicato acabou de aprovar suas contas na Assembleia Geral de 12 de março por UNANIMIDADE. Além disso, também de forma unânime, foi aprovado o orçamento do Sisejufe para 2008. Temos mais de R\$ 200 mil reais em caixa, dinheiro da categoria reservado para futuras lutas. A contribuição mensal advinda dos sindicalizados perfaz R\$ 158 mil ao mês, o que dá cerca de R\$ 2 milhões anuais. Esta direção age com total

transparência sobre onde, como e porquê investe o dinheiro da categoria. Todos os números podem ser verificados nos balancetes publicados nas edições nº 3 e nº 7 do jornal Contraponto e conferidos no balanço, nas tabelas e gráficos publicados nesta edição.

Contribuição negocial

O que há de verdade sobre a contribuição negocial? Como o próprio nome diz, a contribuição negocial substitui o imposto sindical e é aprovado pela própria categoria em assembleia (exatamente como o Sisejufe faz hoje).

Como, quanto e de que maneira, tudo é decidido pela categoria. Em resumo, o que o Sisejufe (que não recebe um centavo de imposto sindical, nem nunca recebeu) faz hoje, já é na prática a contribuição negocial. Para o nosso sindicato não muda em nada. A boa-

taria criada na categoria confundida a contribuição negocial com o financiamento das centrais sindicais, aprovado no Congresso e sancionado pelo presidente Lula no dia 31 de março de 2008, e que não vincula valores à contribuição negocial. Todo o poder é da categoria, é ela que decide. As centrais, todas elas, têm outras formas de financiamento.

Portanto, a categoria deve permanecer tranqüila sobre este assunto, pois não há nenhuma possibilidade de o Sisejufe cobrar contribuição à revelia de seus sindicalizados. Não passa de mais um factóide que tem como objetivo mobilizar os servidores contra a atual direção.

Filiação à CUT

Em 2005, foi realizada uma assembleia na Associação Brasileira de Imprensa (ABI) que decidiu, por unanimidade, a permanência de filiação à CUT.

A direção do Sisejufe acata as decisões soberanas da categoria e por isto se mantém filiado à central – que foi fundamental na conquista do PCS2, da GAJ de 30% e do PCS3 (assim como agora luta conosco pela jornada de 6 horas). Foram os técnicos do Dieese – ligado à CUT – que orientaram nossos passos no Congresso e que nos assessoram nas negociações com a Casa Civil quando o PCS3 teve problemas no Ministério do Planejamento.

Do mesmo modo, a direção da CUT fez pressão e lobby para a aprovação do nosso PCS junto aos deputados e senadores. Ter uma central forte e atuante é fundamental para que atinjamos nossos objetivos.

Sempre na defesa dos interesses da categoria, Sisejufe, um sindicato de luta!

*Diretoria Colegiada do Sisejufe.

Cursos aproximam categoria do sindicato

Formação Servidores elogiam iniciativa do Sisejufe de promover aperfeiçoamento profissional



Rebeca Sobreira Fernandes, Oficial de Justiça.



Maria Celina de Moura, técnica judiciária

“Sem dúvida é uma forma de você participar do sindicato. Ao mesmo tempo que conhecemos os serviços oferecidos pela entidade, temos mais informações sobre a luta sindical”.

fez à Argentina, ao Chile e ao México.

“O curso dá muito bem a noção da língua espanhola. Consegui usar na viagem boa parte do que aprendi nas aulas. Foi muito útil”, observa a oficial de justiça que também fala inglês, e tinha como meta falar uma terceira língua. “Cheguei a pensar em estudar francês, mas optei pelo espanhol que também é falado em muitos países do mundo”.

“Os professores trazem o melhor material possível para os alunos. Isso ajuda muito na aulas”, afirma. Sobre a iniciativa do Sisejufe em organizar os cursos, Rebeca classifica como positiva. Ela avalia que é uma maneira de a entidade aproximar a categoria, assim como dos servidores conhecerem melhor o sindicato. “Sem dúvida é uma forma de você participar do sindicato. Ao mesmo tempo que conhecemos os serviços oferecidos pela entidade, temos mais informações sobre a luta sindical”, opina.

O oficial de Justiça da Central de Mandados de Volta Redonda Ricardo Luis Cordeiro Serra, de 32 anos, está convicto que fez um boa opção ao se inscrever no curso de língua portuguesa oferecido pelo Sisejufe. Assíduo às aulas, todas às sexta-feiras, o servidor tomou conhecimento do curso, que tem duração de dez meses, por meio do portal do sindicato na in-

ternet (sisejuferj.org.br) e avalia que a iniciativa da entidade superou a expectativa que tinha em relação às aulas e ao conteúdo do programático.

“O professor é muito bom. É importante ter uma oportunidade de estar atualizado, principalmente na língua portuguesa. Esse foi um dos motivos pelo qual me matriculei. O outro é porque o curso também conta para o adicional de qualificação”, acrescenta Ricardo, ressaltando que tem recomendado aos colegas de trabalho para que façam inscrição.

A vontade de melhorar o currículo e saber falar um outro idioma fez o técnico judiciário do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ) Eduardo Bruno Siqueira Gonçalves, de 26 anos, procurar o curso de inglês do sindicato, que começou no dia 25 de fevereiro. Ele assiste às aulas todas as segundas e quartas-feiras, das 9h30m às 11h na sede da entidade, e tem tirado proveito.

“Eu já estudei inglês antes e resolvi voltar. Tomei conhecimento do curso lendo a revista do sindicato. Acho muito interessante a iniciativa do Sisejufe de promover esses cursos. Pretendo me matricular em outros como o de espanhol. Quando mais aperfeiçoamento, melhor para o currículo”, afirma Eduardo, que também tem recomendado aos servidores do seu setor que façam o curso. “É muito bom”.

“A idéia do sindicato de fazer os cursos funciona como um elemento multiplicador. São iniciativas válidas, muito positivas. Vale a pena insistir na proposta. Ainda vai atrair muita gente”.

O técnico judiciário Willians Faustino de Alvarenga, de 42 anos, do Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro (TRT), é outro caso de quem já tirou proveito do curso que fez no sindicato. Matriculado nas aulas de teoria marxista, realizado no ano passado pelo Sisejufe, Willians afirma que a iniciativa foi importante pois completou uma lacuna, reforçando e acrescentando as informações que já possui sobre o que escreveu e pensou o filósofo alemão Karl Marx.

“A idéia do sindicato de fazer os cursos funciona como um elemento multiplicador. São iniciativas válidas, muito positivas. Vale a pena insistir na proposta. Ainda vai atrair muita gente”, estimula o técnico judiciário, que também tem recomendado aos colegas procurarem o sindicato para conhecer os cursos.

Há um ano na turma de espanhol, a técnica judiciária Maria Celina de Moura, de 43 anos, da Seção de Mandados Cíveis do Tribunal Regional Federal (TRF), também já pôde colocar em prática as lições que teve com os “mestres”. Em outubro de 2007, esteve na Espanha e se virou muito bem, diga-se de passagem com o idioma que começara a aprender poucos meses antes de embarcar para as terras do Rei Juan Carlos.

“Apesar de estar há pouco tempo estudando na época, o curso foi muito útil na viagem. Usei o que já tinha aprendido nas aulas”, lembra. A servidora diz que assina embaixo a iniciativa do Sisejufe de aproximar os servidores oferecendo cursos de qualidade. E que tem feito propaganda entre os colegas. “É muito positiva essa forma de levar os servidores para o sindicato. Se tivesse mais tempo, faria todos os outros cursos, de inglês, de português”.

A luta sindical não se resume apenas a negociações, passeatas, greves, assembléias, reuniões. Também há espaço para atividades culturais, entretenimento e aperfeiçoamento profissional. Desta forma, a diretoria do Sisejufe não se limita aos embates do dia-a-dia, em enfrentar os problemas que afetam diretamente a categoria. Vai mais além. Busca estar sempre próxima dos servidores do Judiciário trazendo eles para dentro do sindicato. A prova disso, é a promoção de diversos cursos que são e foram realizados na sede da entidade. Nos últimos meses, o Sisejufe ofereceu e con-

tinua com turmas em atividade de cursos de espanhol, marxismo, inglês, atualização da língua portuguesa – este válido para o Adicional de Qualificação (AQ).

Entre os participantes, o resultado das aulas tem sido positivo. Muitos alunos começam a colher os frutos das matérias lecionadas em sala. É o caso da oficial de Justiça Rebeca Sobreira Fernandes, de 33 anos. Ela começou o curso de espanhol em maio de 2007 – entrou na primeira turma oferecida pelo sindicato – e já usou o que aprendeu nas aulas que frequenta às terças e quintas-feira na viagem que

Filosofia, música e espanhol no Sisejufe

Formação e Cultura Novos cursos têm preços reduzidos para sindicalizados e dependentes

O Sisejufe promove o Curso de Filosofia Política Moderna e Contemporânea, nos moldes de um curso de extensão universitária, com professores responsáveis pela pós-graduação em Filosofia da Universidade Gama Filho (UGF). O curso tratará da Filosofia Política dos séculos XIX, XX e XXI. Os professores são o doutor Edson Peixoto de Resende

Filho, coordenador do Mestrado em Filosofia da UGF, o doutor Paulo Domenech Oneto e o doutor Norman Madarasz, ambos professores do Mestrado em Filosofia da UGF.

Para sindicalizados o investimento será de R\$ 30,00 por mês. Para dependentes de sindicalizados e convidados: R\$ 50,00 reais por mês. Para

demais participantes, R\$ 150,00. O curso inicia no dia 5 de maio (condicionado ao mínimo de 20 alunos inscritos), será sempre às segundas-feiras, a partir das 19h, na sede do sindicato. Inscrições podem ser feitas pelo endereço eletrônico formacao@sisejuferj.org.br ou no telefone 2215-2443 (ramal 202) com Roberto Marins.

Não cante no banheiro, cante no Sisejufe

O sindicato, através de convênio com a Rio Música, está lançando seu Curso de Canto, com a formação de um coral, ao final. Se você canta no banheiro, desafina, tem vergonha de cantar, mas vontade de aprender, o sindicato abre suas portas: venha cantar conosco.

As aulas serão às terças e quintas, de 19h às 20h30min, com a professora Marília Rangel Schanuel de Albuquerque. O curso tem o início previsto para 8 de maio, dependendo de um mínimo de 15 inscritos. A mensalidade será de R\$ 20 reais para sindicalizados. Dependentes pagam R\$ 35,00 e convidados R\$ 50,00.

Inscrições pelo telefone 2215-2443 ou no mail, formacao@sisejuferj.org.br, com o funcionário Roberto Marins.

Nova turma de Espanhol em maio

Em maio, às segundas e quartas-feiras, inicia a segunda turma do curso de Espanhol, condicionada a inscrição de ao menos 20 participantes. A mensalidade é de R\$ 30,00 para os sindicalizados, R\$ 50,00 para os dependentes e R\$ 70,00 para os convidados. Maiores informações no endereço eletrônico contato@sisejuferj.org.br.

Conheça o programa:

A Filosofia Política na Contemporaneidade

Primeiro Módulo:

Antecedentes Históricos

- 1- A dignidade do político na filosofia grega
- 2- Da Cidade grega à civitas romana.
- 3- A Igreja e a política na teologia medieval
- 4- A modernidade e a unidade pela vontade
- 5- A invenção do direito natural

Segundo Módulo:

A Política e as Forças da História

- 1- A ação política e a história
- 2- A liberdade liberal de John Stuart Mill
- 3- O modelo positivista de Auguste Comte
- 4- O sentido da prática em Proudhon e Marx
- 5- Política e história em Marx

Terceiro Módulo:

A Erosão do Político no Século XX

- 1- A inteligência dos estados totalitários: a Escola de Frankfurt
- 2- As democracias após o totalitarismo: Popper, Gadamer
- 3- O espaço público e a filosofia de Habermas.
- 4- Os direitos levados novamente a sério: Rawls, Dworkin
- 5- Conceitos revisitados: ação, política e prudência.

Quarto Módulo:

Ultrapassar o Presente

- 1- A questão do poder segundo Foucault
- 2- Badiou e a reinvenção da política hoje
- 3- Deleuze e as políticas de resistência
- 4- Uma outra filosofia política para o século XXI

Palestra de sindicalizado

O servidor federal Eduardo Neves Americano do Brasil ministra a palestra "Curiosidades do Rio de Janeiro" na noite de 8 de maio, às 19h, na Oratória Rogéria Guida (avenida Nossa Senhora de Copacabana, 195 Auditório 517/518).

11º Botequim do Sisejufe apresenta Sururu na Roda

quarta, dia 30 de abril, a partir das 19h



Venha comemorar o Dia do Trabalhador

Sururu na Roda é Nilze Carvalho (cavaco, bandolim e voz), Camila Costa (violão e voz), Fabiano Salek e Sílvio Carvalho (percussão e voz). O grupo, há seis anos se destaca na noite carioca por sua versatilidade, irreverência e a sutileza dos arranjos vocais. Na sua roda de samba apresentam releituras de clássicos da música brasileira e composições próprias, além do repertório dos seus 2 discos.

Convites gratuitos só para sindicalizados.



Avenida Mem de Sá, 302 a 308, Lapa Logo após a praça da Cruz Vermelha

Cerveja em lata a R\$ 2,50

Estacionamento próprio, com manobrista, a R\$ 5,00



Nos intervalos, DJ com samba, forró e dance music.